



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

LOURDES APARECIDA TOSE

**O DESCOMPASSO DA POLÍTICA PÚBLICA GÊNERO E DIVERSIDADE NA
ESCOLA (GDE) EM RONDÔNIA**

BRASÍLIA – DF
DEZEMBRO DE 2023

LOURDES APARECIDA TOSE

O Descompasso da política pública Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em Rondônia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Política Social do Departamento de Serviço Social – PPGPS/SER/UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas
Coorientadora: Natalia de Souza Duarte

BRASÍLIA – DF
DEZEMBRO DE 2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TT714d	<p>Tose, Lourdes Aparecida O Descompasso da política pública Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em Rondônia / Lourdes Aparecida Tose; orientador Silvia Cristina Yannoulas; co-orientador Natalia de Souza Duarte. -- Brasília, 2023. 100 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Política Social) -- Universidade de Brasília, 2023.</p> <p>1. GDE. 2. Ideologia de Gênero. 3. Formação Docente. 4. Política Pública. 5. Rondônia. I. Yannoulas, Silvia Cristina, orient. II. Duarte, Natalia de Souza, co-orient. III. Título.</p>
--------	---

LOURDES APARECIDA TOSE

O Descompasso da política pública Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em Rondônia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Política Social do Departamento de Serviço Social – PPGPS/SER/UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Data de Aprovação: 18 de Dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Silvia Cristina Yannoulas – PPGPS/UnB
Orientadora

Prof.^a Dra. Erineusa Maria Silva – PPGE/UFES
Membro Externo

Prof.^a Dra. Lucélia Luz Pereira – PPGPS/UnB
Membro Interno

Prof.^a Dra. Natalia de Souza Duarte – PPGPS/UnB
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Concluir um sonho, por menor que ele seja, é maravilhoso, todavia, concluir um Mestrado é, para muitas pessoas, transpor a linha do possível e realizar o impossível. Sonhar é algo dificultado, distanciado a muitas de nós, seja por fatores de gênero, classe social, questões étnico-raciais, religiosas, regionais, intergeracionais e emocionais. Adentrar, permanecer e concluir não é só um processo sofrível, é também a constatação que muitos obstáculos se colocaram impedindo a realização, no entanto, os mesmos obstáculos, com toques de humanos – assemelhados a anjos – impulsionaram o caminhar e deram suporte para não desistir e, por isso quero agradecer.

São muitas pessoas que de forma direta e indireta contribuíram para eu chegar ao fim desse SONHO. Tentarei apresentar construindo uma ordem cronológica de muita gratidão.

A busca por conhecer o universo social LGBTQIA+ me conduz à Especialização em GDE. Nela conheci pessoas incríveis que sutilmente me fizeram transitar entre diversidades de violências, experiências, aprendizados e também incompreensões. A estes sujeitos deixo o meu carinho e respeito. Nas pessoas de: Dr. Tadeu Pereira dos Santos, orientador que transcendeu a amigo e irmão, Dr. João Maurício Gomes Neto, hoje professor da Especialização, mas que à época fora coordenador do curso, e dessa forma, cuidou com muito cuidado de questões documentais, forneceu subsídios e ricas informações para esta pesquisa, ocupa hoje uma posição de respeito e admiração na minha existência, o meu muito obrigada a todas/os professoras/es, colegas/amigas/os desse lugar ímpar de debates, choros, alegrias, conhecimentos e experiências humanizadoras que nos engrandeceram para além dos muros institucionais.

Desse lugar múltiplo que foi a Especialização em GDE, digo isso por me permitir entender que sou mulher, negra, indígena, pobre, ou seja, vivo o social nas suas infinitas formas de presenciar e sentir dores, violências, invisibilidades e desigualdades, surge a necessidade de aprender mais, surgindo daí a busca pelo Mestrado.

No mestrado a expansão me diminuiu, tinha diante de mim um vasto caminho a percorrer de aprendizados e não dispunha de tempo ilimitado, era preciso muita dedicação, organização e flexibilidade, visto que a pandemia nos despira e urgia adequação aos novos formatos impostos para que a vida continuasse o seu curso. Ao ser recebida pela Profª Dra. Silvia Cristina Yannoulas, minha orientadora de origem argentina, que na minha leitura, é a síntese de doçura, sensibilidade, firmeza, organização impecável, dedicação extrema, sabedoria invejável e responsabilidade senti que tudo ficaria bem e valeria a pena. Seu cuidado se estendeu

a ponto de conseguir uma coorientadora para que eu e Kaline, queridíssima colega, não nos sentíssemos órfãs quando precisou se dedicar ao seu Pós-Doutorado na Argentina. Assim, a Profª Dra. Natalia de Souza Duarte surge com sua sabedoria, doçura e energia contagiante que enfrenta monstros mantendo a classe, leveza, beleza e um lindo sorriso. Obrigada, professoras queridas! Nada foi fácil, sei que dei muito trabalho, todavia vocês não me abandonaram e conduziram-me pela mão para que eu chegasse até aqui. Vocês são Mulheres exemplares e incríveis!

Na pessoa da Professora Doutora Camila Potyara Pereira que transborda generosidade, amor, cuidado, delicadeza e sabedoria e que transita entre menina e Super Mulher estendo meus sinceros agradecimentos ao corpo docente desse Departamento que engrandeceram enormemente minha vida por conhecê-las/os e ter estudado com cada uma/um. Não posso deixar de registrar o meu carinho e apreço pela requisitadíssima Domingas, sempre dedicada, prestativa e nos acolhendo sem nos conhecer. És maravilhosa! Obrigada!

Às/aos colegas das aulas online que compartilharam experiências incríveis, em que a câmera ligada, a única forma de conexão, visto que a pandemia nos tirou o conforto do abraço, o olho no olho, entre outras situações que só o presencial nos permite aproveitar, revelava angústias, medos, alegrias e aprendizados. Resta em mim a vontade de um dia conhecê-las/os pessoalmente e o meu eterno carinho e gratidão! Às queridas orientandas da professora Silvia a minha admiração, respeito e carinho por terem me acolhido como amigas irmãs. Gratidão para além da vida!

À Profª Dra. Lucélia Luiz Pereira não só por ampliar meus horizontes de aprendizado na disciplina que ministrou e eu tive a honra de estar entre os discentes, nem somente por aceitar fazer parte da banca que enriqueceu grandemente a pesquisa, como também por me permitir adentrar sua casa, conhecer sua linda família, em especial a sua mãe Adelita Gonçalves, um ser de luz que exala bondade e amor. Obrigada por ser uma pessoa que admiro e levo como modelo a ser seguido.

À Profª Dra. Erineusa Maria da Silva, por contribuir muito no direcionamento de pontos fulcrais que eu deveria atentar ao longo da pesquisa, pela sensibilidade de reconhecer a mãe ativista que estava em constante manifestação ao longo da escrita e que precisava ceder à pesquisadora para que o trabalho ganhasse a relevância acadêmica, por aceitar fazer parte deste momento tão importante para mim, além de ser inspiração para esta dissertação e ainda ser minha conterrânea. Obrigada, querida Erineusa!

À Família Aurélio, como costumamos nomear carinhosamente, que em todos os momentos difíceis segurou na minha mão e incentivou chegar até o fim. Na pessoa da Araceli

Bosser, minha amiga irmã, estendo a todas/todos os profissionais dessa escola a minha eterna gratidão. Formamos uma equipe linda e potente! Obrigada a cada uma/um!

Às/aos minhas/meus alunas/os, atuais, ex e as/os que virão o meu muito obrigada por contribuírem na constante transformação social da professora que se constitui a cada dia. Este título carrega existências múltiplas e diversas. Obrigada por direcionarem minha busca por uma sociedade mais igualitária e acolhedora.

À Ma. Camila Alessandra Scarabel, minha querida psicóloga, que esteve presente em meu adoecimento e estava sempre cuidando e incentivando nos meus processos de escrita e reconstrução pessoal. És mais que profissional! Gratidão!

Ao Gilson Luiz Pereira, meu namorado, que sempre me apoiou, incentivou, deu suporte e ainda teve toda paciência necessária quando em vários momentos não conseguia dar atenção devida, pois a escrita exigia de mim todo tempo que dispunha! Obrigada por não desistir da gente.

À minha Família amada que me apoiou de todas as formas, até na não cobrança de atenção, por entenderem que eu necessitava de dedicação total para chegar ao fim dessa jornada. Não tenho palavras que deem conta de expressar minha satisfação neste momento. Em Maria de Brito Tose, minha grande referência de Mulher e Mãe e Florêncio Tose, meu pai que não se encontra na forma física no meio de nós, mas que sempre incentivou que suas/eus filhas/os estudassem, este título de mestra carrega o orgulho de ser filha de vocês!

E por fim, aos meus filhos André Luís Tose Gomes e Lucas Tose Gomes por me conduzirem nesta jornada de ser mãe. Vocês são meu ponto de partida e chegada, meu porto seguro e minha base para continuar buscando uma sociedade melhor e mais acolhedora. Cada um de vocês, ímpar na forma de existir, é parte do que sou e almejo ser. Obrigada, meus queridos filhos!

RESUMO

Gênero e Diversidade na Escola foi uma política pública nacional cujo Projeto Piloto foi executado em 2006 e se consolidou enquanto formação continuada para milhares de professores de todo país, abrangendo todas as regiões. O presente trabalho tem por objetivo conferir o descompasso que se deu na implantação da política pública GDE em Rondônia, visto que sua reedição só acontece em momento de neoconservadorismo federal e descontinuidade desta política em âmbito nacional. Para compreender o devir do GDE em Rondônia este trabalho foi embasado no Materialismo Histórico Dialético. Valeu-se da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de interlocuções com agentes-chave como meios de levantar dados para a análise. As análises buscaram historiar o GDE enquanto política pública educacional e sua não consolidação no estado. Os dados coletados não permitem responder diretamente a questão de pesquisa, mas possibilitaram compreender a formação e estabilização do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola do *campus* de Rolim de Moura da UNIR. Concluiu-se que embora não tenha sido possível determinar as causas da não continuidade da política pública, os indícios do conservadorismo em Rondônia podem indicar a desativação enquanto política pública e sua retomada, mesmo indeterminada, qualifica-se como resistência ao neoconservadorismo no *campus* de Rolim de Moura.

PALAVRAS-CHAVE: GDE; Ideologia de Gênero; Formação Docente; Política Pública; Rondônia.

ABSTRACT

Gender and Diversity at School was a national public policy whose Pilot Project was implemented in 2006 and was consolidated as continuing training program for thousands of teachers across the country. The present work aims to check the gap that occurred in the implementation of the GDS public policy in Rondônia, since its reissue only happens at a time of federal neoconservatism and discontinuity of this policy at a national level. To understand the development of the GDS in Rondônia, this work was based on Dialectical Historical Materialism. We applied bibliographical research, documentary research and conversations with key agents as a means of collecting data for analysis. The analyses sought to historicize the GDS as a public educational policy and its non-consolidation in the state. The data collected does not allow us to directly answer the research question, but it made it possible to understand the formation and stabilization of the Specialization Course in Gender and Diversity at School of the Rolim de Moura *campus* of UNIR. We concluded that although it was not possible to determine the causes of the non-continuity of public policy, the signs of conservatism in Rondônia may indicate a way to understand the deactivation as a public policy and its resumption, even undetermined, qualifies as resistance to neoconservatism on the Rolim de Moura *campus*.

KEYWORDS: GDS; Gender Ideology; Teacher Training; Public Policy; Rondônia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico das publicações sobre GDE, Brasil, 2006 - 2012.....	44
Figura 2 – Gráfico das publicações sobre o GDE por regiões, Brasil, 2006 – 2012	44
Figura 3 – Gráfico da distribuição dos trabalhos por região	50

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Resultados numéricos da procura por palavras-chave realizada em BDTD e SCIELO no período de 2006 a 2023	21
Quadro 2 – Conteúdos do Curso Gênero e Diversidade na Escola – Projeto Piloto implementado no Brasil no ano de 2006	36
Quadro 3 – Teses encontradas na pesquisa dos trabalhos sobre GDE	46
Quadro 4 – Dissertações encontradas na pesquisa dos trabalhos sobre GDE	47
Quadro 5 – Artigos encontrados na pesquisa dos trabalhos sobre GDE	48

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ALE-RO – Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BA – Bahia

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CF – Constituição Federal

CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CONSEA – Conselho Superior Acadêmico

DF – Distrito Federal

EaD – Ensino a Distância

EGDE – Especialização em Gênero e Diversidade na Escola

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IES – Instituição de Ensino Superior

IMS – Instituto de Medicina Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais e Arromânticos e mais.

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MESP – Movimento Escola sem Partido

MS – Mato Grosso do Sul

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social
PR – Paraná
PROHACAP – Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos da Rede Pública de Ensino
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RJ – Rio de Janeiro
RO – Rondônia
SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC – Secretaria do Estado de Educação
SEED – Secretaria de Educação a Distância
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SER – Departamento de Serviço Social
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Paraná
SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFFRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Justificativas	15
1.2	Dispositivo Teórico Metodológico	16
2	AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E EDUCAÇÃO NO BRASIL	25
2.1	A fase progressista da relação entre gênero e educação (2003-2010)	26
2.2	A contraofensiva regressiva e a ideologia de gênero no brasil	31
3	O GDE ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL	36
3.1	Política Pública GDE – Projeto Piloto (2006)	36
3.2	GDE em esfera nacional a partir do Projeto Piloto	44
3.3	GDE em trabalhos acadêmicos	47
4	O DEVIR DO GDE EM RONDÔNIA	54
4.1	GDE em Rondônia – 2006 e a partir de 2016	54
4.2	Especialização <i>Lato Sensu</i> Gênero e Diversidade na Escola	59
4.2.1	Análise das grades curriculares de 2017 e 2023	61
4.3	Percepção e experiência	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO I – Produções Científicas localizadas sobre GDE (Brasil, 2006 – 2023)	81
	ANEXO II – Grade Curricular da Especialização em GDE da UNIR – 2017	91
	ANEXO III – Grade Curricular da Especialização em GDE da UNIR – 2023	94

1 INTRODUÇÃO

A diversidade de gênero tem sido muito estudada em diversos campos do conhecimento, sendo considerada fator relevante na construção de políticas públicas que reconheçam, respeitem e considerem as várias possibilidades de existir. Gênero e Diversidade na Escola (GDE) é um exemplo dessa perspectiva: política pública pensada e direcionada à formação docente para o reconhecimento e respeito à diversidade de gênero, relações étnico-raciais e diversidade sexual. Foi colocada em prática inicialmente em uma versão piloto em 2006 que definiria, a partir de sua avaliação, as próximas ações, ajustes e formação de docentes contemplados por esta política. Contemplou, naquele momento inicial, seis municípios brasileiros (Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu). A partir da avaliação do projeto piloto, o curso foi ampliado e contemplou quase todos os estados brasileiros até a política ser desativada em 2019.

A pesquisa em tela pretende entender o que ocorreu com o GDE em Rondônia, participante do projeto piloto em 2006, que justifique não ter ocorrido nenhuma outra formação nos dez anos de funcionamento em âmbito nacional, bem como, a criação do curso de Especialização em GDE, em fins de 2016, pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *Campus* de Rolim de Moura, Departamento de História. Dessa forma, o *objeto* desta pesquisa é o GDE em Rondônia.

A aplicação durante a efetividade desta política garantia bolsas para as/os professoras¹/es formadoras/es e professoras/es cursistas. Este fator descarta a possibilidade de falta de recursos para fazer e se manter cursando. Por outro lado, é instigante que, em tempos de neoconservadorismo, a Especialização GDE ocorra até os dias atuais, mesmo com ausência de custeamento financeiro e a extinção da política pública GDE no Brasil.

Diante disso o recorte geográfico e temporal compreende Rondônia e o período que vai desde a aplicação do Projeto-Piloto (2006) ao ano de 2022. Para abordar o problema exposto, a *pergunta* que orienta esta pesquisa é: que elementos constituem o paradoxo/descompasso da não oferta da política pública GDE em Rondônia, entre 2006 e 2016 depois da participação no projeto-piloto, bem como, sua reoferta, sem financiamento, quando essa política era extinta no contexto nacional?

¹A representação do feminino sempre virá antes do masculino neste trabalho por acreditar que há urgência em desconstruir a hierarquia de gênero herdada do patriarcado e, também para referenciar a coletânea organizada por Yannoulas (2013) que ao se tratar de Educação e Assistência Social utiliza o feminino para valorizar a abrangência de mulheres nestes setores.

Para responder a essa pergunta utilizamos o paradigma qualitativo da pesquisa bibliográfica e documental complementada com a interlocução de atores estratégicos no momento da busca de documentos e informações sobre o GDE em Rondônia.

Na busca por respostas, partimos da *hipótese* de que houve um processo de resistência por parte dos professores universitários e da educação básica, especialmente no Campus de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia, pela abertura de novas turmas de Especialização em GDE como enfrentamento à ideologia de gênero.

O *objetivo geral* que direciona esta pesquisa é compreender como a política pública do GDE foi desenvolvida no estado de Rondônia e analisar o que conduziu à descontinuidade do GDE a partir de 2006, bem como o de “sua retomada” em 2016 sem investimento financeiro.

Os *objetivos específicos* são: (i) compreender o contexto das pautas da diversidade no Brasil e em Rondônia no período de 2006 a 2016; (ii) inventariar as razões da descontinuidade do GDE em 2006; (iii) investigar as determinações do ressurgimento, em Rondônia, da política de GDE a partir de 2016.

1.1 Justificativas

Natural do Espírito Santo e residente em Rondônia desde agosto de 1989, tornei-me professora sem formação em 1993 após ter concluído o ensino fundamental aos 17 anos, pelo Pró-Campo², no município de Cacoal - Rondônia. Hoje licenciada em Letras pelo Programa de Habilitação e Capacitação dos Professores Leigos da Rede Pública de Ensino - PROHACAP, pertenço ao quadro de professoras/es do estado. Tornei-me mãe de dois filhos, um deles homossexual. A revelação antecedida de resistência em aceitar e reconhecer a sua homossexualidade, despertou-me em conhecer e entender a temática.

Com formação em GDE (2018 - 2019) e agora (2023) com o Mestrado em Política Social começo a desconstruir alguns estereótipos e passo a olhar para as subjetividades que compõem os corpos sociais em todos os atravessamentos que perpassam o fazer social: raça-etnia, gênero-sexo, sexualidade e classe social. Quanto mais individualizado o olhar para cada estudante, mais percebo a diversidade que as/os caracteriza e melhor consigo trabalhar com cada um. O desafio é tamanho, mas hoje é possível ter uma melhor avaliação de quem está em minha sala de aula. Passo a vê-las/os como sujeitos que carregam em suas trajetórias violências e desigualdades que impõem obstáculos a serem transpostos.

² Projeto criado em 1988, idealizado pela vereadora e professora Maria de Lourdes Kemper do Prado, possibilitando que muitas/os residentes na zona rural realizassem o sonho de estudar. Tive o privilégio de concluir meu ensino fundamental por meio deste projeto, tornando-me uma das primeiras concluintes da 8ª série, em 1992.

Ainda no campo pessoal, por ser mulher, percebo que a desumanização da mulher na sociedade legitima a violência que exalta uma família tradicional como a instituição mais importante na manutenção do cuidado e proteção, a partir da opressão da mulher. Tanto que “48,8% dos casos de violência vivenciados pelas mulheres nos últimos 12 meses aconteceram dentro de casa. 19,9% das violências vivenciadas ocorreram na rua, 9,4% no trabalho e 1,8% no bar/balada” (BUENO, 2021, p. 12). Bandeira (2014) chamava a atenção para o fato de que se por um lado a luta do movimento feminista traz à luz tais violências, publicizando-as com intuito de dar visibilidade para reconhecer e combatê-las, o poder intrafamiliar sufoca, silencia, tenta invisibilizá-las.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelou que os dados de violência contra a mulher são alarmantes. Em função deste trabalho destaco que todos os indicadores de violência doméstica cresceram em relação ao ano anterior (2021): 2,9% de agressões por violência doméstica; 7,2% de ameaças; 8,7% de chamados ao 190; 6,1% de feminicídios; 1,2% de homicídios femininos, 16,9% de tentativas de feminicídio, sendo relevante destacar que as vítimas foram 61,1% negras, sendo que a cada 10 mortas, 7 foram assassinadas dentro de casa (2023, p. 16). Destaco ainda que em Rondônia “se constatou as maiores taxas do país, tanto a de feminicídios (3,1 vítimas por 100 mil habitantes), quanto a de homicídios femininos (11,2)” (2023, p. 140).

A violência é ainda mais expansiva à comunidade LGBTQIA+, uma vez que o Brasil segue sendo o país que mais mata essa população no mundo. Segundo o Dossiê 2022 de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil “foi observado que 273 pessoas LGBTI+ morreram de forma violenta no Brasil, sendo 228 assassinatos, 30 suicídios e 15 mortes por outras causas” (ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+, ANTRA, ABGLT, 2023, p. 9).

Trazer este tema centralizado em minha pesquisa abordando principalmente o estado de Rondônia é evidenciar que mesmo tendo muitas e importantes pesquisas na esfera nacional, existem particularidades que precisam ser vistas, analisadas e confrontadas para promover diálogos e ações que rompam com tantas violências presentes na história desse estado.

1.2 Dispositivo Teórico Metodológico

A discussão acerca do método é sempre um ponto fundamental e nossa pesquisa se fundamenta no materialismo histórico dialético especialmente por considerarmos de extrema importância a articulação teoria e prática. Acerca do materialismo alguns pontos são

importantes de serem tratados. Inicialmente é salutar apontar que o método para Marx não pode ser compreendido como algo apartado da teoria e vice-versa. Netto (2011) afirma:

A indissociável conexão que mencionamos impede uma abordagem que, na obra de Marx, autonomize o método em face da teoria: não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se ininteligível sem a consideração de seu método. (2011, p. 55).

Partindo então dessa compreensão, cabe que sejam feitos alguns apontamentos sobre o aparato teórico-metodológico de Marx, o materialismo histórico dialético. Para tal, apoiamos em Netto (2011) e em Frigotto (2000). Primeiramente é importante compreender o que e de qual dialética se fala. Para Frigotto, tratar da dialética como um método de pesquisa é “ao mesmo tempo, abordar um tema candente e relevante política, ideológica e teoricamente, e, contraditoriamente, expor-se a um conjunto de riscos dos quais o fundamental é o da banalização ou simplificação” (2000, p. 71). O autor ressalta que trata do materialismo histórico, não de outras perspectivas da dialética (pré-socrática, ou das contribuições de Hegel e Feuerbach).

O autor destaca a importância de compreender que a dialética materialista é materialista e histórica, não funcionando como uma doutrina. “Para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas constituídas historicamente.” (FRIGOTTO, 2000, p. 73). Nesta mesma direção encontra-se também a posição de Netto (2011) ao afirmar que em seu livro *Introdução ao estudo do método de Marx* não oferece um conjunto de regras ao leitor nem mesmo um rol de definições, pois:

para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (NETTO, 2011, p. 52).

Desta forma, compreendemos o método não como uma diretiva, como um conjunto de regras a serem seguidas estritamente e sim como uma *posição*, conforme diz Netto:

é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição* (*perspectiva*) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (2011, p. 53 - grifos do autor)

O trabalho, então, da/o pesquisadora/or que pretende fundamentar-se no materialismo histórico dialético enquanto seu aparato teórico-metodológico de pesquisa é o de extrair as

múltiplas determinações de seu objeto. Consoante a essa compreensão do método enquanto *posição, perspectiva* está Frigotto ao demarcar a

dialética materialista enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica. (2000, p. 73).

E ainda continua afirmando que o método não se desvincula de uma concepção de mundo e da realidade no geral e que esta postura inclusive é anterior ao método, uma vez que “Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 2000, p.77). Sendo, portanto, o método um mediador do processo de aprender, ele precisa ser compreendido como ligado à realidade e não afastado dela. Uma visão materialista considera a contradição, a ideologia, a práxis e se opõe a outras concepções metafísicas que trabalha com categorias de “linearidade, harmonia, fator, a-historicidade” (FRIGOTTO, 2000, p. 76).

Acerca da dialética, por fim, cabe ressaltar que ela “é um atributo da realidade e não do pensamento” (FRIGOTTO, 2000, p. 79). Essa máxima conjuga em si essa característica materialista, esse caráter não metafísico de uma análise que não se desliga do mundo material e que parte da realidade material e não da abstração do pensamento.

Uma outra noção importante para o pensamento marxiano é a noção de práxis. De modo que Frigotto (2000) afirma ser ela que sustenta o conhecimento. Diz o autor que ela expressa “justamente a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. Uma reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar” (2000, p. 81). E é justamente por acreditarmos nesta ação transformadora da reflexão, da educação e da pesquisa que o materialismo histórico se mostra tão relevante à nossa pesquisa.

Discutindo também a dialética como uma possibilidade de pesquisa, Gamboa (2000) discorre sobre como os critérios de cientificidade variam de acordo com as abordagens e que nas pesquisas dialéticas ele “se fundamenta na lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos e explicam as relações entre homem-natureza, entre reflexão-ação e entre teoria-prática (razão transformadora)” (2000, p. 98). Adiante, afirma ainda acerca da produção científica que ela é “uma construção que serve de mediação entre o homem e a natureza, uma forma desenvolvida da relação ativa entre o sujeito e o objeto, na qual o homem, como sujeito, veicula a teoria e a prática, o pensar e agir, num processo cognitivo-transformador da natureza” (GAMBOA, 2000, p. 101).

Frigotto (2000) didaticamente apresenta cinco momentos fundamentais. O primeiro momento trata da compreensão de que “ao iniciarmos uma pesquisa, dificilmente temos um problema, mas uma problemática. O recorte que se vai fazer para investigar se situa dentro de uma totalidade mais ampla” (FRIGOTTO, 2000, p. 87). Ou seja, o objeto, a temática, a problemática não existe num vácuo, já existem práticas anteriores historicizadas e estas questões já estão em funcionamento na/o pesquisadora/or. Segundo o autor neste momento já se delinea a direção da pesquisa.

Neste âmbito já se coloca a contraposição, as rupturas, da concepção do investigador em relação ao que está posto. [...]. Não só o recorte ou a problemática específica a ser investigada necessita ser apreendida com a totalidade de que faz parte, como é importante ter presente a que sujeitos históricos reais a pesquisa se refere. (FRIGOTTO, 2000, p. 87).

O segundo momento apontado pelo autor diz respeito ao trabalho de pesquisa em si, “um primeiro esforço é o resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo” (FRIGOTTO, 2000, p. 88). Neste momento, diz Frigotto “A questão crucial é estabelecer o inventário crítico desta postura em face do objeto que se está investigando, e não abstratamente (2000, p. 88), desta forma, e considerando que é a/o pesquisadora/or quem conduz a pesquisa e não os dados, afirma “que o investigador vai à realidade com uma postura teórica desde o início” (2000, p. 88). O que retoma justamente a ideia da práxis, desta posição de “batimento” entre teoria e prática.

Após o levantamento do material acerca do objeto da pesquisa “necessita-se definir um método de organização para a análise e exposição. Trata-se de discutir os conceitos, as categorias que permitem organizar os tópicos e as questões prioritárias e orientar a interpretação e análise do material” (FRIGOTTO, 2000, p. 88). Em nosso trabalho este movimento se organiza por meio da discussão teórica e histórica acerca da constituição do GDE, considerando os conceitos, os contextos históricos, as formações sociais e os sujeitos envolvidos nestes processos, tanto no âmbito nacional como no específico de Rondônia.

O quarto momento “representa o esforço da/o investigadora/or de estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada” (FRIGOTTO, 2000, p. 88). Para o autor, este é o momento de identificar “as determinações fundamentais e secundárias do problema” é quando “se busca superar a percepção imediata, as impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, passando-se assim do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade” (FRIGOTTO, 2000, p. 88-89).

Por último: a síntese.

É a exposição orgânica, coerente, concisa das “múltiplas determinações” que explicam a problemática investigada. Aqui não só aparece o avanço em cima do conhecimento anterior, mas também questões pendentes e a própria redefinição das categorias, conceitos etc. Na síntese, de outra parte, discutem-se as implicações para a ação concreta. (FRIGOTTO, 2000, p. 89).

E novamente retoma a noção de práxis por compreender que toda pesquisa deve ou deveria “permitir uma ação mais consequente, avançada, que por sua vez vai tornando o conhecimento ampliado base para uma nova ampliação.” (FRIGOTTO, 2000, p. 89).

A facilidade trazida pela internet dinamizou o acesso e permitiu maior divulgação, ampliação e compartilhamento do conhecimento. Estes fatores foram fulcrais nesta pesquisa, pois em uma fração de segundos vários trabalhos acadêmicos com potencial enriquecedor apareceram diante da tela.

Para adentrar ao tema realizamos uma pesquisa bibliográfica no banco de dados da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e na SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*, em português Biblioteca Eletrônica Científica Online). Gil (1991) sobre a pesquisa bibliográfica afirma que ela é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.”

Lima e Miotto (2007) defendem justamente que a pesquisa bibliográfica é mais do que apenas uma revisão de literatura, as autoras afirmam que “a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA, MIOTTO, 2007, p. 38).

Para nosso levantamento, quatro palavras-chave foram escolhidas para esta pesquisa: diversidade de gênero, orientação sexual, gênero e diversidade na escola e GDE. Um recorte temporal também foi estabelecido: os trabalhos precisavam terem sido publicados entre 2006 e 2023. 2006 é escolhido como ano inicial do recorte temporal justamente por ser o ano de aplicação do projeto piloto e esta pesquisa busca compreender a dimensão nacional do curso e seus frutos. Acerca destas escolhas duas observações se fazem necessárias: a primeira sobre os bancos de dados da pesquisa; a segunda sobre as palavras-chaves utilizadas.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foi escolhida justamente por conter uma grande variedade de trabalhos do Brasil todo e de diversas instituições. São 139

instituições e um acervo de mais de 877.000 documentos³. A BDTD porém, não conta com todas as Instituições de Ensino Superior (IES) indexadas, o que se reflete na não totalidade dos resultados apresentados a seguir. O que também não entendemos como um grande problema uma vez que este levantamento não é o foco principal do nosso trabalho. O principal objetivo desta pesquisa é compreender os processos do GDE como política pública não frutuosa em Rondônia e seu “ressurgimento” enquanto Curso de Especialização já quando da extinção da política pública em âmbito nacional. O mesmo se aplica à escolha da plataforma SCIELO: trata-se de uma plataforma popular, conhecida por indexar vários trabalhos acadêmicos, porém que não apresenta a totalidade do conhecimento produzido. Nosso recorte nessas duas plataformas não tem o objetivo de identificar todas e quaisquer produções que estabeleceram o GDE como seu objeto de estudo e sim perceber um retrato, uma pintura aproximada dos frutos científicos e acadêmicos do GDE no contexto nacional a fim de apresentar uma dimensão da política pública no país. Por esta mesma razão é que o escopo da pesquisa não se amplia para outros trabalhos acadêmicos como: trabalhos de conclusão de cursos de graduação, trabalhos apresentados e/ou publicados em anais de eventos, pôsteres e demais trabalhos possíveis.

Já a escolha das palavras-chave se baseou no entendimento de nem todas as pesquisas que pudessem tratar de GDE trariam os termos “Gênero e Diversidade na Escola” ou “GDE” em seus títulos. Expandir para mais palavras chaves possíveis que pudessem ter relação com o conteúdo do curso permitira, portanto, pintar uma figura mais próxima da realidade dos frutos da política pública. Essa escolha, porém, mesmo que ampla, se fixou em apenas dois dos eixos principais do curso: Gênero e Sexualidade/Orientação Sexual. Esta escolha diz respeito tanto a uma maior afinidade nossa com os temas, como também por serem, conforme apontaremos adiante, os temas que as/os cursistas do projeto piloto mais apresentaram dificuldade, que mais tiveram algum tipo de resistência.

Desta forma, justificadas as razões de nossos recortes, a pesquisa apresentou uma variedade de resultados muito acima do esperado, conforme observa-se na tabela a seguir:

Quadro 1 – Resultados numéricos da procura por palavras-chave realizada em BDTD e SCIELO no período de 2006 a 2023

Palavras-Chave	Dissertações	Teses	Artigos	Total
Diversidade de gênero	9486	4660	727	14873
Orientação Sexual	745	251	454	1450
Gênero e Diversidade na Escola	1741	551	36	2328

³ Dados atualizados em 27 de novembro de 2023.

GDE	103	40	15	158
Total	12075	5502	1232	18809

Fonte: Elaboração própria com base em BDTD e SCIELO, em 10 de novembro de 2023.

A variedade polissêmica das palavras-chaves resultou em resultados muito além do esperado e a partir daí começou uma árdua tarefa de seleção e descarte. Todos os resultados foram exportados por meio das próprias plataformas para um arquivo editável de planilhas e a partir destes arquivos que se deu o processo de seleção e descarte⁴. A grande dificuldade residia justamente no grande número de resultados, uma vez que termos como “diversidade” e “gênero”, por exemplo, são termos muito utilizados e com outro sentido nas ciências biológicas, nas ciências agrárias e em várias áreas do conhecimento. Até mesmo “GDE” enquanto palavra-chave também é encontrada como sigla para outras significações em outras áreas.

Este trabalho de seleção e descarte, portanto, deu-se a partir dos títulos, selecionando os títulos que pudessem ter relação com políticas públicas, formação de professores e com as temáticas tratadas pelo GDE. Depois de todo esse processo de descarte partimos para a verificação destas produções e a confirmação das que de fato elegiam o GDE como objeto de análise. Acerca disso cabe destacar que como a nossa seleção se deu por meio dos títulos existe uma grande chance de que tenhamos descartado produções que até tratavam do GDE, mas que tal objeto não era explícito no título. A análise para seleção se deu por meio dos títulos apenas visto que seria virtualmente impossível consultar o resumo de cada um dos quase 19.000 resultados e que as plataformas não possuíam outros métodos de filtragem para que tivéssemos exportado resultados mais específicos⁵.

Além das teses, dissertações e artigos que selecionamos como mais relevantes, analisamos os documentos: *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais* (PEREIRA, ROHDEN, et al, 2007); *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais* (BARRETO, ARAÚJO, PEREIRA, 2009); *Gênero e Diversidade na Escola Trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora* (CARRARA ET AL, 2011) e *Gênero e Diversidade na Escola Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções* (CARRARA ET AL, 2017) por trazerem dados

⁴ A última atualização destes resultados foi feita em 10 de novembro de 2023 nas referidas plataformas utilizadas.

⁵ E mesmo que tivéssemos exportado os trabalhos filtrados apenas, por exemplo, para os vinculados a programas de Educação ou Ciências Humanas no geral, teríamos perdido valiosos trabalhos de outras áreas, como trabalhos de Saúde Coletiva que apresentaremos adiante quando discutirmos os resultados de nossa pesquisa.

desde a sua origem e o processo avaliativo do funcionamento do projeto piloto e da política pública enquanto esteve em vigor até 2016.

Atentamos ainda para a grade curricular da especialização GDE do Departamento de História, *Campus* de Rolim de Moura – RO, de 2017 e 2023 pois, houve mudança e como isso poderia revelar maior investimento, ampliação ou desmerecimento de temáticas contempladas na proposta inicial.

Sobre a pesquisa documental baseamo-nos em Gil (1991). O autor afirma que embora a pesquisa documental e a bibliográfica pareçam ser iguais

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 1991, p. 51).

Gil aponta que não só a pesquisa documental é vantajosa por “considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados” como também por ser mais barata de ser realizada “Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas.” (GIL, 1991, p. 52).

Desenvolver o método materialista histórico-dialético ancorado em Neto (2011) e Frigotto (2000), permitiu reconhecer como aconteceu o processo de povoamento do estado de Rondônia. As ações postas no presente têm relação direta com o passado em projeção com o futuro, para tanto, Minayo (1994), corrobora ao dizer que as sociedades humanas “vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social.” (MINAYO, 1994, p. 13).

O novo estado ser criado em meio ao contexto nacional da ditadura militar e com forte influência religiosa são fatores que marcam a construção social muito tradicionalista em que pesam atitudes moralistas e de repressão. Após a coleta de dados a pesquisa partiu para os processos de leitura sistematizada e análise crítica dos documentos levantados, retomando sempre que necessário aos textos teóricos.

Após a pesquisa documental, foi necessário complementar os dados obtidos com a interlocução de atores chaves da oferta e da reoferta do GDE em Rondônia, no Campus Rolim.

Acerca da interlocução, Werle (2012) postula que

Interlocução implica conversação entre duas ou mais pessoas, duas ou mais instituições, dois ou mais grupos. Este ‘dois ou mais’ contém o diverso e o múltiplo. Este ‘dois ou mais’ pode tornar-se muitos mais, com o que se transversalizam uma diversidade de interesses, intensidades e direcionalidades da interlocução, com isto se altera a condição de ouvir e dialogar com os interlocutores. (2012, p. 424).

A interlocução, portanto, segundo a autora se caracteriza enquanto um espaço fluido que necessita ser construído, espaço este que “é pedagógico no dialogar e compartilhar. Dependendo da posição, das pressões, do tempo, das urgências e dos objetivos, as demandas de interlocução se alteram. A interlocução está situada historicamente e é multifacetada” (WERLE, 2012, p. 424). Em nosso caso a interlocução se mostrou uma contribuição de extremo valor e destacamos a contribuição do professor doutor João Maurício Gomes Neto coordenador do curso à época e hoje professor da Especialização Gênero e Diversidade na Escola que se colocou à disposição, mostrando receptivo em contribuir com nossa pesquisa.

A dissertação organiza-se em introdução, três capítulos e considerações finais, além das referências bibliográficas e anexos. Na introdução temos a justificativa e o dispositivo teórico metodológico. No primeiro capítulo foi apresentado um breve histórico da fase progressista entre 2003 e 2010 da relação de gênero e educação. No segundo capítulo, buscou-se compreender a contraofensiva e “ideologia” de gênero no Brasil entre 2010-2023. O terceiro capítulo trata sobre a política pública GDE na esfera nacional e em Rondônia seguida do resultado dos dados e análises, por fim as considerações finais.

2 AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nem sempre as relações entre gênero e educação foram difíceis e conturbadas a ponto de serem consideradas tabu em diversos contextos nacionais. Mas também nem por isso foram anteriormente pacíficas ou dadas de bom grado. Existiram e existem lutas e tensões nos contextos de políticas educacionais de gênero e diversidade e é dever de uma análise dialética considerar as tensões e contradições enquanto se pauta na realidade material.

Vale a pena destacar que não compreendemos Gênero aqui como uma categoria abstrata ou como a simples oposição arbitrária biológica dos sexos. Nossa concepção parte de uma compreensão social e histórica que é bem mais complexa que isso. Scott (1995) discorre sobre como a sua concepção de gênero não está distante das relações de poder, para a autora “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1995, p. 88). Partindo então da premissa que gênero e poder estão relacionados, compreendemos que assim como o poder, o gênero também é uma categoria em disputa. Acerca desta relação tensa a autora afirma que o gênero:

é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92).

Haraway (2004), por uma perspectiva marxista, também discorre acerca desta relação com o poder. Diz a autora:

o poder político e explicativo da categoria “social” de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, de tal maneira que as oposições binárias, universalizantes, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sejam implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, responsáveis, localizadas e com conseqüências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero. (HARAWAY, 2004, p. 245-246).

Desta forma, compreendemos gênero como esta “categoria social” que é intrinsecamente conectada com a noção de poder e que só pode ser pensada em seu contexto específico, em dadas condições específicas nas sociedades. Um conceito que ultrapassa a mera divisão biológica (pretensamente natural, pretensamente já dada, já pronta) e que explora as complexidades da vida em sociedade para muito além do binarismo “macho *versus* fêmea”.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na Apresentação dos Temas Transversais, no tópico Relações de Gênero é trazido um conceito de gênero que consideramos relevante trazê-lo não só pela centralidade do capítulo se tratar da relação entre gênero e educação, como também, pelo valor que agrega ao distinguir diferença significativa entre sexo e gênero em um documento que se distancia dos discursos permeados pela ideologia de gênero do presente.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (p. 321-322).

Ao atribuir que o “masculino e o feminino” são construções sociais, dialoga com a máxima de Beauvoir (1967) que “Mulher não nasce mulher, torna-se mulher”, contribui para analisarmos o porquê do termo gênero ganhar tantos ataques, desde então, e nos dias atuais ter virado bandeira política a sua contenção/exclusão.

Compreendemos as questões postas no presente como uma construção histórica; nunca podemos deixar de considerar a historicidade dos conceitos e dos processos.

Desta forma, o presente capítulo se dedica a uma breve historicização da relação entre gênero e educação para elencar os principais agentes e as principais mudanças acontecidas nas últimas décadas, destacando brevemente a fase progressista e a contraofensiva regressiva.

2.1 A fase progressista da relação entre gênero e educação (2003-2010)

Antes de tratar de fato sobre a fase progressista que tem como marco as políticas desenvolvidas e implementadas no primeiro governo Lula, é importante destacar o contexto histórico anterior e sob quais bases legais as novas políticas são desenvolvidas.

É notório expor que segundo Vianna e Unbehaum (2004), o período de 1988 - consolidação da Constituição Federal a 2002 constituiu-se de importantes Leis e reformas federais para a área da educação e, no que tange aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), apontam avanços significativos na perspectiva de gênero, todavia afirmam que gênero não deveria estar vinculado exclusivamente à Orientação Sexual e sim a todas as áreas do

conhecimento. Contribuem ainda ao analisar que o gênero aparece velado na Constituição Federal de 1988 (CF), na Lei 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e no Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE).

A forma como as questões de gênero são tratadas na Constituição Federal, na LDB e no Plano Nacional de Educação assume três características distintas. Uma refere-se à linguagem utilizada; a segunda, reporta-se à questão dos direitos, na qual o gênero pode estar subentendido; e a última, adquire uma certa ambigüidade, pela qual a referência ao gênero desaparece da apresentação geral do documento mas aparece – timidamente – em alguns tópicos (VIANNA; UNBENHAUM, 2004, p. 89).

Seguindo a cronologia e trazendo o contexto político brasileiro para o centro, em 2003, houve uma reviravolta política e assumiu o recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República iniciando a fase progressista da relação entre gênero e educação. Já em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) com *status* de ministério e em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), duas secretarias importantes na promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra a Mulher.

Outras medidas importantes foram tomadas como: a sanção da Lei nº 10.639 de 09/01/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica. Foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial por meio do Decreto nº 4.886/2003 e foi lançado o Programa Brasil Sem Homofobia em 2004.

O Governo Federal promoveu em julho de 2004 a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) mobilizando cerca de 120 mil mulheres que apresentaram propostas para a elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2005). De acordo com Madsen (2008) “uma nova agenda de gênero na educação surge com a instalação da SPM e da SECAD nos espaços institucionais do Estado Brasileiro” (2008, p. 134) e ainda segundo a autora, diferente do período anterior (de 1996-2002) que “se limitava ao conteúdo formulado nos documentos normativos da educação, os quais incorporavam a agenda internacional de educação, com seu limitado conteúdo de gênero” (2008, p. 134) no período a partir de 2003 com a criação das referidas secretarias e da I CNPM “essa agenda começa a se tornar mais complexa e a abrir novos espaços de participação política.” (2008, p. 134).

Madsen (2008) afirma que o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, criado em 2005, é um modelo de política de gênero para a área de educação. Ela apresenta que ele pode não ter movido grandes discussões e percepções de desigualdades de gênero em uma das escolas que sua pesquisa contemplou, porém, destaca que “as alunas entrevistadas afirmaram que para

elas, ter tido a chance de entrar em contato com o tema através da redação, significou uma mudança na forma como elas vêem o mundo” (2008, p. 149). Percebe-se que os resultados nem sempre serão de fácil percepção, grandiosos e/ou de imediato, todavia a semente plantada poderá germinar e ainda render frutos.

As desigualdades de gênero no Brasil são registradas em pesquisas de diferentes áreas de atividade econômica e disciplinares. A coletânea organizada por Yannoulas (2013) contribuiu significativamente ao apresentar questões de gênero na academia, mostrando avanços presentes nas áreas de Comunicação, Educação, Humanidades e Saúde, porém aquém da igualdade esperada, principalmente em áreas vinculadas à produção, como as Ciências Agropecuárias e as Engenharias. Percebe-se a forte determinação de áreas mais femininas contrapondo a áreas de domínio masculino.

Ao analisar as representatividades na política, constata-se segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que “entre 2016 e 2022, o Brasil teve, em média, 52% do eleitorado constituído por mulheres, 33% de candidaturas femininas e 15% de eleitas” (TSE, 2023, online). Além da desproporcionalidade que estes dados revelam, vale destacar que dos 36 votos contrários, 11 deputadas votaram contra o PL 1085/23 que trata da “igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função” (PRATES, 2023, online).

Ademais outras evidências são percebidas ao comparar a atuação feminina na área de exatas, na ciência⁶, na magistratura⁷ é contrastante com o campo do cuidado. O histórico do papel da mulher desenhado e construído ao longo da história condiciona esta realidade no lugar de normalidade e dificulta a desconstrução desta realidade (FEDERICI, 2004). É como se à mulher fosse dada pela natureza este lugar de cuidado e inferioridade em definitivo.

Os contornos de gênero e sexo na luta de classes conferem um desafio importante à superação das desigualdades. Desse modo, é necessário considerar que a exploração de mulheres não começa no chão das fábricas e sim a partir do momento em que são consideradas estritamente como exército de reserva. A exploração se materializa em uma de suas formas mais cruéis na exploração do trabalho reprodutivo das mulheres, o qual é classificado como improdutivo (FEDERICI, 2019).

Ao adentrar as especificidades que distinguem cada indivíduo a situação piora, pois se há uma mínima representatividade por gênero, quando os fatores raça, sexualidade ou condição social são postos em destaque evidencia a discrepância da desigualdade brasileira. Gênero,

⁶ Cf. Germana Barata, 2019.

⁷ Cf. Portal TRF2, 2022.

classe, raça/etnia são os três eixos de desigualdades que alicerçam a sociedade brasileira (Madsen, 2008). Perceber que no Brasil a maior parte da população é formada por mulheres e negros e constatar que estes são maioria nos presídios, entre os pobres e nos trabalhos de menor prestígio e salário é reconhecer o porquê as desigualdades são tão estruturais e por consequência mantenedoras do sistema capitalista.

Ainda sobre os três eixos que alicerçam a sociedade brasileira Lélia Gonzalez (2020) nos mostra de forma clara e objetiva o que é “ser negra e mulher no Brasil,”:

repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (GONZALEZ, 2020, p. 50).

Lélia Gonzalez é uma das pensadoras brasileiras que melhor deu conta de mostrar a imbricação que há entre raça, classe e gênero no Brasil. Ela chama atenção que o “o racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 2020, p. 119). Anne McClintock (2010) contribui também para pensarmos esta questão e afirma “que nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios” (2010, p. 27).

Diante disso, um outro conceito que precisamos abordar é o de Interseccionalidade. Segundo Assis (2019) o conceito foi cunhado como uma metodologia a ser utilizada para enfrentar as causas e efeitos da violência contra a mulher nas comunidades negras.” (ASSIS, 2019, p. 19). Crenshaw (2002) define o conceito como:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assis (2019) destaca como o fundamental “a interação entre os marcadores sociais da diferença, ou seja, não basta apenas identificá-los por si só se não conseguimos localizar os

pontos da intersecção; a análise nesse caso não se torna real, e aí reside uma das principais dificuldades da teoria interseccional.” (ASSIS, 2019, p. 19).

Gomes (2017) contribui ao afirmar “que a diversidade é muito mais do que a soma das diferenças ou dos diferentes. Ela é uma construção social, histórica, cultural, política e econômica das diferenças que se realiza no contexto das relações de poder” (GOMES, 2017, p. 15).

Embora políticas públicas sejam inquestionavelmente importantes, entendemos o capitalismo e o neoliberalismo como os sistemas estruturantes da nossa sociedade contemporânea e que não há como contornar as influências dessas ideologias individualistas e seus efeitos nas políticas estatais e nas políticas públicas no geral (LAVAL, 2004). De outra maneira: políticas públicas educacionais são importantíssimas para mitigar os efeitos das ideologias praticadas pelo Estado burguês capitalista, porém não são capazes de resolver o problema (PEREIRA, 2013). Apenas repensando o modo de produção que poderemos superar as mazelas advindas do capitalismo.

Pensando ainda as influências/sequelas dessas ideologias individualistas cabe destacar que é necessário a elas sempre haver alguma exceção que prove a regra. Algum caso de grande sucesso e ascensão social milagroso que por meios internos ao sistema consegue ascender (pela educação, por exemplo) e manter viva a esperança dos sujeitos e seu conformismo para com o sistema. Ainda segundo Laval (2004) a suposta valorização da educação no capitalismo não é uma valorização de fato da educação, da ciência, da licenciatura ou dos trabalhadores da educação e sim um dos métodos de manutenção do *status quo* por meio do poder e opressão legitimada ao Estado.

Louro (2000) contribui para pensarmos no quanto a escola é o alvo de neoconservadores como um espaço que precisa ser controlado, pois se gênero é uma construção social é nas escolas que o contato com a diversidade se faz potente. Dessa forma controlar a sexualidade é garantir maior êxito na manutenção do poder. Ela afirma que:

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou "jeitos de viver" sua sexualidade e seu gênero (LOURO, 2000, p. 17).

Segundo Vianna (2012), nas duas últimas décadas houve o desenvolvimento de políticas públicas de educação com a constatação de uma agenda de políticas voltadas para a diversidade sexual a partir da criação de muitos projetos e programas.

Os grupos em negociação com o Estado são influenciados por vertentes teóricas e ações coletivas circunscritas, no caso do tema em foco, ao Movimento de Mulheres e ao Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBTT). Este último assume papel protagonista na proposição de vários projetos e programas federais e estaduais ligados à inclusão da diversidade sexual no contexto escolar. Também exercem grande influência setores representativos de forças internacionais, com participação decisiva na vida nacional e na confecção de linhas de ação para as políticas públicas de educação (VIANNA, 2012, p. 130).

Uma dessas políticas foi o GDE. O curso Gênero e Diversidade na Escola, cuja aplicação se deu em 2006 em versão piloto, proposto a profissionais da educação contemplando as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais. O projeto implanta-se como política pública promotora da igualdade e do respeito à diversidade e aos direitos humanos. (PEREIRA, ROHDEN, 2007).

Vianna e Unbehaum (2008) contribuem para a análise do GDE ao apresentar que em sua pesquisa constatou-se “dificuldade dos/as participantes do curso em multiplicar e difundir o conteúdo no interior da escola, seja por falta de tempo, seja por falta de permeabilidade da escola em incorporar essas questões” (2008, p. 133). Avaliação que retrata bem a problemática que envolve as temáticas contempladas por esta política pública.

Moraes (2013) chamou atenção, entre tantos pontos relevantes, à importância de as/os professoras/es formadoras/es do GDE serem bem preparadas/os, pois os atravessamentos que constituem os seres sociais são fatalmente, às vezes, responsáveis por reforçar preconceitos, estigmas e estereótipos. O direcionamento de tais questões nos debates é primordial na construção de reflexões aprofundadas, para tanto requer não desmerecer o contexto histórico brasileiro tão constitutivo de violências e silenciamentos.

2.2 A contraofensiva regressiva e a ideologia de gênero no Brasil

O período estudado nesse trabalho é vinculado ao neoliberalismo⁸ e neoconservadorismo. São pautas dos principais atores políticos atuantes e novos movimentos sociais organizados - estado mínimo, privatização, desregulamentação do mercado financeiro, mercantilização e privatização das políticas sociais, machismo, racismo, LGBTfobia, cisheteronormatividade e família patriarcal. Mas essa ascensão não ocorre apenas no Brasil. Pereira (2023) afirma que atualmente há um amálgama entre neoliberalismo e o

⁸Entende-se, nesse trabalho, “o neoliberalismo como uma corrente ideológica que tem sido alvo de muitos estudos nas ciências humanas brasileiras. Essa ideologia foi organizada politicamente na década de 1940, a partir do livro “O Caminho da Servidão”, de Hayek e se tornou dominante em várias nações do globo a partir da década de 1970, após a suposta “crise” do Estado de Bem-Estar Social. Esse novo liberalismo não é nascido no Brasil e não é novo do século XXI. É novo de 1940.” (PEREIRA, 2023, p. 25).

neoconservadorismo para fazer frente aos movimentos sociais contraculturais, antirracistas e feministas.

Duarte (2023) caracteriza o neoliberalismo neoconservador como consequência de implantação do neoliberalismo e sua defesa incondicional do estado mínimo que se desresponsabiliza do cuidado e funciona a partir da precarização, privatização e mercantilização dos serviços públicos fazendo ressurgir uma antiga maneira de suprir as necessidades sociais de cuidado: a responsabilização familiar e da mulher pelo imenso e cansativo trabalho reprodutivo gratuito e invisível com crianças, idosos e doentes, por isso a cisheteronormatividade machista. O “amalgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo produz valores sociais e políticas conservadoras, ressurgindo assim patriotismo; xenofobia; hierarquia; ordem; moral e ‘bons costumes’” (DUARTE, 2023, p. 293).

Em sua tese, Pereira (2013) aponta que o neoconservadorismo surge com a decepção teórica com o socialismo e com a doutrina liberal, afirma Pereira (2013). A autora descreve como características da abordagem neoconservadora a manutenção do embasamento científico nas metodologias das ciências sociais, "a aceitação da desigualdade social e econômica como natural e insuperável, a não criação de novas políticas públicas e sim o melhoramento das existentes, responsabilizando os indivíduos, e um posicionamento nacionalista exacerbado. (PEREIRA, 2013).

Pereira (2023) afirma ainda que a corrente ideológica originada na década de 1960 surgiu “em especial para fazer frente aos movimentos sociais contraculturais, como o *Hippie*, o *Beatnik* e o *Punk*, os antirracistas, como o *Movimento pelos Direitos Civis*, o *Black Powers* e os *Panteras Negras*, os movimentos feministas e os movimentos estudantis em geral.” (PEREIRA, 2023, p. 25-26).

Pereira (2013), acerca do conceito de Nova Direita, afirma como é um conceito complexo de se definir e que muitas vezes é tomado como sinônimo de qualquer expressão de ideologias da direita como a extrema direita, o neoconservadorismo, o neoliberalismo, por exemplo, funcionando em uma relação metonímica com estas. Todavia, a concepção da autora se baseia no entendimento de que a Nova Direita é uma ideologia que funde aspectos neoliberais e neoconservadores. Diz a autora:

Este é o atributo que diferencia a Nova Direita de outras concepções anteriores, também orientadas pela direita política. Da influência de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político. Assim, a defesa neoliberal do livre mercado; do indivíduo; da liberdade negativa; da autorresponsabilização e da proteção mínima aliou-se à argumentação neoconservadora em favor da autoridade do Estado (ou governo forte); da disciplina

e da ordem; da hierarquia; da subordinação e do resgate de valores tradicionais, como família patriarcal, propriedade privada, patriotismo, bons costumes e moral. (PEREIRA, 2013, p. 101).

Pereira aponta ainda que a relação entre essa Nova Direita e às políticas sociais se dá de maneira específica; em que até existem e são aceitas, mas

com muitas restrições, medidas socialmente protetivas, desde que essas sejam residuais, compensatórias, pautadas pelo princípio da meritocracia, estigmatizantes e de curto prazo. E, a partir daí, se estabelece um Estado social infiel, posto que antissocial, limitado, refém das grandes corporações supranacionais, capturado pelo capital, mas, ao mesmo tempo, forte, centralizador e controlador, dos corpos, das sexualidades, dos hábitos, dos livros infantis, das escolas, dos professores, das configurações familiares, da maternidade, e por aí vai. (PEREIRA, 2023, p. 27).

Assim, o conservadorismo⁹ vai gradativamente minando as conquistas no tocante a gênero e diversidade sexual nas políticas fruto de muita luta e articulação política nos períodos progressistas. Santos *et al* (2021) apontam a extinção do Programa Brasil sem Homofobia em 2011 como um desses desmantelamentos usados como palanque político que apelava ao conservadorismo e à moral cristã ao espalhar a “fake news” de que o programa distribuía o famigerado “kit gay” nas escolas. (SANTOS *et al*, 2021, p. 4).

Conforme Santos *et al* (2021) a fundação do Escola sem Partido se dá pelo ex-procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib que indignado com o acontecido na escola da filha (um professor de História argumentou que Che Guevara e São Francisco de Assis teriam importância comparável) escreve uma carta-denúncia ao professor e embora sua ação não tenha surtido o efeito esperado na escola, “Essa ação inicial resultou na congregação de famílias para se constituir um movimento contra uma suposta doutrinação ideológica nas escolas” (SANTOS *et al*, 2021, p. 4).

O avanço da onda conservadora pós manifestações de 2013, a influência de Olavo de Carvalho enquanto guru da direita e o fortalecimento do “anticomunismo” se demonstraram terreno fértil para o fortalecimento do movimento. Os autores apontam a vinculação do comunismo à homossexualidade como um fator que aumentou ainda mais a força do movimento, iniciando-se então o combate à “ideologia de gênero” como pauta. (SANTOS *et al*, 2021, p. 4).

⁹ “O termo conservadorismo tem sido utilizado para identificar correntes políticas e filosóficas amparadas pelo tradicionalismo e pela resistência a mudanças. No entanto, sua origem como corrente ideológica remonta ao século XVIII, tendo nascido como oposição aos ideais propalados pela Revolução Francesa. Desde então, a propagação desta corrente por diversas nações ao redor do globo suscitou o surgimento de variantes de conservadorismo, não obstante todas compartilhem postulados comuns, tais como, o respeito às tradições, aos hábitos e aos costumes, a apologia de valores morais rígidos e a valorização de instituições tradicionais como a Igreja, a família e o mercado” (PEREIRA, 2013, p. 110).

Esta investida antigênero do Escola sem Partido foi também responsável, em 2014, pela exclusão das metas sobre combate à desigualdade de gênero no Plano Nacional de Educação e em diversos documentos estaduais e municipais por todo país. (SANTOS *et al*, 2021, p. 4). Yannoulas, Afonso, Pinelli (2021) apontam que:

O MESP ganhou expressão nacional nos debates parlamentares e nas câmaras legislativas. No entanto, esses projetos de lei são apenas a ponta do iceberg, uma superfície fenomênica que guarda submersa sua essência, qual seja: a de manter e ampliar as relações sociais que caracterizam o atual estado de desenvolvimento do capitalismo dependente. Assim, o movimento se constitui um dos grupos da nova direita que representam suporte: 1) ao desejo neoliberal de transformar a educação em um bem comercializável e rentável, e 2) ao desejo neoconservador de transformar a educação em um assunto privado, com supremacia da família sobre o Estado (2021, p. 76-77).

Com uma agenda política de desestabilização e destruturação de políticas inclusivas diversos Projetos de Lei são propostos ao redor do país instigando pânico moral e político na população geral e “mesmo com a emissão de notas técnicas pelo Ministério Público e declarações de inconstitucionalidade julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) os PL’s não param de ser protocolados nas esferas estadual e municipal, de forma que as discursividades reacionárias dominam o imaginário popular.” (SANTOS *et al*, 2021, p. 7).

Coelho (2021) afirma que “Alagoas foi o primeiro estado do Brasil a aprovar uma lei com base nos ideais desse movimento: a Lei nº 7.800/2016, proposta por um deputado estadual.” (COELHO, 2021). A referida lei foi vetada pelo governador, porém adiante a Assembleia Legislativa derrubou o veto. O autor dedica-se em seguida a tratar dos atos de inconstitucionalidade desta lei e expõe que a lei foi julgada de fato inconstitucional pelo STF.

O Escola sem Partido também foi responsável pela “aspepsia” de termos como “Gênero” e “Sexualidade” da versão final da redação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que se caracteriza por impor-se “como normatizadora da educação brasileira, ao delinear um currículo comum para as escolas nas diferentes unidades federativas” (SANTOS *et al*, 2021, p. 13).

Os autores concluem que o discurso do movimento:

juntamente com o neoconservadorismo do combate a uma suposta “ideologia de gênero”, adentra o imaginário de famílias e estudantes, impingindo dificuldades na efetivação de uma formação escolar plural, cidadã, crítica e libertadora dos preconceitos estruturantes. Embora não tenha se fixado como legislação, por entendimento de instâncias como o STF, o MESP acaba constelando um efeito de lei na valoração de um ensino moralizante, universalizado e reproduzidor das injustiças sociais. (SANTOS *et al*, 2021, p. 17).

Como pudemos ver, o movimento Escola sem Partido representa uma frente organizada da direita conservadora que tem se afirmado no Brasil no século XXI. Efetivo em disseminar o

pânico moral na sociedade brasileira ele não avança sem resistência, porém. Iniciativas como A Frente Nacional Escola sem Mordça e o Movimento Professores Contra o Escola sem Partido são exemplos de organizações coletivas que trabalham no movimento oposto ao conservadorismo na educação.

Consoante a isso, Junqueira (2022) postula que

a escola tende a ser colocada no centro de um debate muito peculiar. Nesse caso, as discussões de fundo sobre os problemas educacionais e os desafios relativos às garantias do direito à educação cedem lugar a tematizações voltadas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica para a vida, isto é, de socialização para o convívio plural, cidadão e democrático. Em convergência com outros setores conservadores, movimentos, organizações e governos sintonizados com o discurso antigênero tendem a se engajar em uma ofensiva política não apenas contrária aos direitos sexuais, mas também aos direitos e às garantias fundamentais. (JUNQUEIRA, 2022, p. 229).

É latente também como a questão da “ideologia de gênero” ganha caráter fundamental no trabalho dismantelador das iniciativas conservadoras e neoconservadoras. Junqueira (2022) afirma que embora muitos pesquisadores dos estudos de gênero não a reconheçam, ela sim existe e:

é uma invenção vaticana, urdida para acender uma controvérsia antifeminista e, assim, animar e orientar em termos discursivos e político-ideológicos uma reação ultraconservadora, antilaica, antidemocrática e, embora apresentada como baseada na ciência e preocupada com a dignidade humana, é refratária à complexidade e ao caráter crítico do pensamento científico, antagônica aos direitos humanos entendidos em termos inclusivos e emancipatórios e, sobretudo, adversa aos direitos sexuais. (2022, p. 227).

É fulcral perceber que os movimentos de censura a estas discussões imperam o desqualificar das conquistas de direitos até então conseguidas e inviabiliza discussões tão importantes para o enfrentamento do racismo estrutural, a violência doméstica, a desigualdade social e de gênero. Desqualificar este debate nas escolas é de certa forma naturalizar violências consolidadas em discursos moralistas que desmerecem as questões sociais que cada sujeito vivencia em sua trajetória.

3 O GDE ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito (FREIRE, HADDAD, RIBEIRO, 2007, p. 15).

Abrir o capítulo com esta citação é chamar atenção para a importância de trazer mais e mais sujeitos para esta reflexão e ação, pois o enfrentamento a violências estruturadas históricas e socialmente no Brasil não é tarefa simples, tampouco fácil. O físico Albert Einstein já dizia ser “mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito enraizado”.

3.1 Política Pública GDE – Projeto Piloto (2006)

Para abordar a Política Pública GDE, é importante situar essa política pública de educação no campo das políticas sociais, que para Faleiros (2019)

[...] compreende um conjunto articulado de medidas estatais de proteção social, compartilhadas ou não com organismos privados, que configuram direitos do cidadão e dever do Estado, seja para assegurar benefícios econômicos de renda, seja para promover serviços relativos ao bem-estar individual e coletivo (FALEIROS, 2019, p.304).

Também é importante registrar que a temática de diversidade de gênero é fruto da influência dos movimentos sociais no ciclo da política pública. Para Carlos *et al* (2021), os movimentos sociais conseguiram influir no ciclo de políticas públicas, especialmente nas etapas de “formação de agenda, especificação de alternativas, decisão política e implementação – influenciando a criação de órgãos públicos e colegiados, normativas e legislações, planos e programas que engendram capacidades estatais na burocracia governamental” (CARLOS *et al*, 2021, p. 02).

A política pública GDE começa a ser gestada em 2004 com a articulação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR e o *British Council* que visavam à elaboração de uma formação para a educadores com foco na temática de gênero. Neste mesmo ano expandiu-se englobando as temáticas de discriminação étnico-racial e diversidade de orientação sexual. Nesta expansão agregou parceiros: Ministério da Educação (MEC), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPP/PR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), a Secretaria de Educação a Distância

(SEED/MEC) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). A dimensão desta política pública se percebe desde o objetivo que possui:

O objetivo do projeto é ousado: contribuir para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino acerca dessas três questões, tratando articuladamente: as relações de gênero, as relações étnico-raciais e a diversidade de orientação sexual. Partimos da concepção de que os processos discriminatórios têm especificidades e relacionamentos que precisam ser analisados à luz dos direitos humanos, para que nenhuma forma de discriminação seja tolerada, na escola ou fora dela (FREIRE, HADDAD, RIBEIRO, 2007, p. 15).

A formação Gênero e Diversidade na Escola, enquanto política pública federal e projeto-piloto, aconteceu em 2006, com oferta de 1200 vagas para professoras/es de 5ª a 8ª séries da rede pública dos municípios - Dourados (MS), Maringá (PR), Niterói e Nova Iguaçu (RJ), Porto Velho (RO) e Salvador (BA), distribuindo 200 vagas para cada município participante. O quantitativo de inscritos foi de 1415. Destes 1071 iniciaram o curso e 865 concluíram as atividades. A formação teve evasão registrada entre 19% e 20%, dado considerado baixo em comparação com à média da Educação a distância (PEREIRA, ROHDEN, *et al*, 2007, p. 11). Para o atendimento das/os cursistas, distribuídas/os em 36 turmas, foram contratadas/os 30 professoras/es. Dividiram as/os cursistas em turmas mistas (envolvendo os seis municípios) e turmas de mesmo município e o critério adotado na divisão foi de que 1/3 foram alocadas/os em turmas mistas e 2/3 em turmas locais (com cursistas do mesmo município). Esta dinâmica permitiu maior interação entre as/os envolvidas/os propiciando amplo diálogo dos temas entre regiões e ainda em esfera local e ampliação do processo de avaliação do curso (PEREIRA, ROHDEN, *et al*, 2007, p. 41).

Consideramos útil trazer os motivos que conduziram a escolha dos municípios para a aplicação do projeto piloto, bem como, a amostra da diversidade que compreende as regiões brasileiras:

Para escolher os municípios, pensamos: Salvador por ser uma das cidades com maior população negra no Brasil; Dourados (MS) por possuir uma comunidade indígena muito forte; Porto Velho (RO) por contar com uma população formada por negros/as e índios/as; Maringá (PR) por representar um município de interior que não reflete a grande agitação social da capital e por ter um perfil conservador (mesmo em 2006 as mulheres separadas ou divorciadas deste município não podiam sair sozinhas de casa e ir a um barzinho, porque ficavam “mal vistas” e difamadas); Nova Iguaçu (RJ) por concentrar uma característica de município pobre com violência acentuada, pouco saneamento básico e uma carência muito grande na área social, especificamente de educação; e Niterói (RJ), um município urbano desenvolvido mas indicando, na ocasião, ser o município de maior índice de violência homofóbica nas escolas (CARRARA *ET AL*, 2011, p. 52).

Diante disso, percebemos que o trabalho a ser realizado é político, social e educacional. Observa-se ainda que a formação ao se destinar a professoras/es de ensino fundamental anos

finais, prioriza uma faixa etária em que os sujeitos estão sofrendo com as mudanças corporais e carecem de maior acolhimento, conhecimento e reconhecimento de suas diferenças. Para tanto é fulcral perceber que:

Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer outros como diferentes, mas refletir sobre as relações e os direitos de todos. E a escola é o espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram e se modelam; é uma das instituições mais importantes para semear e cultivar o respeito à diferença. Daí a importância de orientar os/as educadores/as para que saibam trabalhar com seus/suas alunos/as (da faixa etária dos 11 aos 18 anos) o tema da diversidade, em suas variadas formas e em transversalidade (PEREIRA, ROHDEN, *et al*, 2007, p. 37).

Pensar esta política pública como sendo uma formação para docentes e demais profissionais da educação é atentar para o valor que a escola exerce na vida das/os cidadãs/os. Ela é lugar de diversidades e precisa ser promotora da cultura do respeito e da paz sempre. As temáticas contempladas nas 200 horas de curso, distribuídas em: 30 horas presenciais e 170 de ensino on-line, ofertadas por meio do ambiente colaborativo de aprendizagem do Ministério da Educação (MEC), e-Proinfo (www.eproinfo.mec.gov.br), foram gênero, sexualidade e orientação sexual, e relações étnico-raciais (PEREIRA, ROHDEN, *et al*, 2007, p. 33).

Sabemos ainda que todo ser humano está em constante formação social e dessa forma é atravessado por questões sociais e históricas que o coloca constantemente diante de impasses morais, religiosos, étnicos e culturais, porém a laicidade do Estado não permite que as/os professoras/es sejam conduzidas/os meramente por convicções subjetivas. Por isso a formação em GDE ofertada a docentes tende a ser significativa e assim destacamos que:

O Estado laico implica a obrigação dos/as professores/as em desenvolver um processo de reflexão e reflexividade. As convicções sobre o que é certo ou errado devem ser consideradas no espaço privado e familiar, pois as verdades de alguns não valem para o conjunto da sociedade. Conviver bem, em um espaço social com distintas visões de mundo e valores, diversos modos de avaliação do que é correto e adequado, significa ser capaz de levar em conta as diversidades (HEILBORN, CARRARA, 2007, p. 30).

Para tanto urge uma escola que leve a cabo a função de formar “sujeitos com senso crítico e capacidade de problematizar e, avaliar a realidade, posicionando-se de maneira a perceber os diversos lados de cada questão. Trata-se, portanto, de não impor a sua verdade ao outro” (HEILBORN, CARRARA, *et al*, 2007, p. 31).

A coordenação e elaboração do material didático; a seleção das/os cursistas pela internet; a seleção e capacitação de professoras/es on-line e a seleção dos orientadores de temas ficou a cargo do CLAM que em parceria com o Governo Federal coordenou o curso até o final (PEREIRA, BRANDT, 2007, p. 22).

O curso se estruturou em cinco módulos que apresentaremos no quadro abaixo para melhor clareza e visualização:

Quadro 2 – Conteúdos do Curso Gênero e Diversidade na Escola – Projeto Piloto implementado no Brasil no ano de 2006

MÓDULO I – ABERTURA – 26 horas-aula on-line		
UNIDADE 1 Orientações	UNIDADE 2: Diversidade	
- Projeto	- Apresentação	
- Metodologia	- Uma definição de cultura	
- Cronograma	- A diversidade cultural	
- Avaliação	- Etnocentrismo, estereótipo e preconceito	
	- O ambiente escolar em face dos temas tratados	
MÓDULO II – GÊNERO - 30 horas-aula on-line		
Unidade 1 - Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social	Unidade 2 - A importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero	Unidade 3 - Gênero no Cotidiano Escolar
- Apropriação cultural da diferença sexual	- Discriminação de gênero no contexto da desigualdade social e étnico-racial	- Escola como espaço de equidade de gênero
- Importância da socialização na família e na escola	- A importância dos movimentos sociais	- O gênero na docência
- Construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero	- A contribuição dos estudos de gênero	- Diferenças de gênero no cotidiano escolar
- Diferenças de gênero na organização social da vida pública e privada	- A permanência da violência de gênero	- Sucesso e fracasso escolar através de um enfoque de gênero
	- Participação feminina no mercado de trabalho: indicador preciso da desigualdade de gênero	- Práticas esportivas construindo o gênero
		- Gênero no currículo escolar
MÓDULO III - SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL 30 horas-aula on-line		
Unidade 1 - Sexualidade: Dimensão conceitual, Diversidade, Discriminação	Unidade 2 - Saúde, Sexualidade e Reprodução	Unidade 3 – Sexualidade no Cotidiano Escolar
- Sexualidade, sociedade e política	- As experiências e as visões dos/as jovens sobre saúde, sexualidade e temas afins, como diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez, desejo,	- Diversidade sexual na escola

	prazer, afeto, Aids e drogas, a partir do recorte de gênero, étnico-racial e de classe	
- A noção moderna de sexualidade	- Os limites e as possibilidades das propostas educativas no âmbito escolar focadas na saúde, na reprodução e na sexualidade	- Controle sobre o gênero e a sexualidade a partir de jogos e brincadeiras
- O corpo e a sexualidade - Identidade de gênero e orientação sexual	- A importância de ações conjuntas de diferentes instituições do governo, de empresas e da sociedade civil na construção de ações educativas e assistenciais relativas à saúde, à sexualidade e à reprodução	- Espaços formais de educação sexual na escola
- Orientação sexual: desejos, comportamentos e identidades sexuais		- Diferentes fontes de informação sobre sexualidade
- O combate à discriminação sexual		
MÓDULO IV – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - 30 horas-aula on-line		
Unidade 1 – Noções de Raça, Racismo e Etnicidade	Unidade 2 - Desigualdade Racial	Unidade 3 – Igualdade étnico-racial também se aprende na escola
- Os conceitos de raça, racismo e etnicidade	- Raça, gênero e desigualdades: alguns dados	- “Escola Sem Cor” em um país de diferentes raças e etnias
- Sistemas de classificação de cor e raça em uma perspectiva comparada: as diferenças nas classificações raciais entre Brasil e Estados Unidos	- As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil	- Estereótipos e preconceitos étnico-raciais no currículo escolar
- A relação entre as classificações raciais e as formas de racismo	- Estereótipos, preconceito e discriminação racial	- Do combate ao racismo à promoção da igualdade étnico-racial
- A inter-relação entre raça, sexualidade, etnia e gênero		- O que muda com a Lei nº 10.639/2003
		- As Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais
MÓDULO V – AVALIAÇÃO – 30 horas-aula		
- Elaboração do Memorial		
- Produção e apresentação do trabalho final		

- Realização da auto-avaliação

Fonte: Elaboração própria com base em: PEREIRA, ROHDEN, 2007, p. 40-44.

Diante de uma sociedade que acredita em *Fake News* como a “mamadeira de piroca”, consideramos relevante trazer o quadro para evidenciar os conteúdos abordados no curso Gênero e Diversidade na Escola e anular qualquer dúvida com relação à proposta, que fora pensada com objetivos bem definidos de enfrentamento ao racismo, machismo, LGBTfobia e preconceitos social, de gênero e de etnias.

Conforme Pereira, Rohden, *et al* (2007) o Módulo III, que trata justamente de Sexualidade e Orientação Sexual, “foi considerado o mais difícil de ser trabalhado, principalmente pelo fato de envolver questões de ordem cultural, ética e religiosa” e ainda as/os participantes “sugeriram que seja viabilizado um tempo maior para trabalhar esse módulo porque, além de extenso, possui questões importantes e complexas” (2007, p. 78) além de proporem maior interação entre o módulo de Gênero com o de Sexualidade e que fosse dado maior enfoque às questões sobre a transgeneridade. Rohden, (2009) corrobora ao expor que “sexualidade é um fenômeno multifacetado, que envolve aspectos culturais, sociais, históricos e políticos, além das dimensões biológica e psicológica”. E afirma que:

[...] não existe um corpo, nem modalidades universais de comportamentos sexuais. Existem corpos marcados por experiências de classe, de etnia/raça, de gênero, de geração etc. Além do próprio conceito de sexualidade, são fundamentais para este módulo os conceitos de identidade sexual e de gênero, orientação sexual e homofobia. (ROHDEN, 2009, p. 166).

Tais considerações reforçam os aspectos basilares da cultura cis-heteronormativa e patriarcal que fundamentam a sociedade brasileira. O maior deslocamento por “ordem cultural, ética e religiosa” deriva justamente dos temas que são tratados como tabu, malquistos e evitados. Justamente nessa relação contraditória, também demonstra a importância do módulo e de seus temas, uma vez que “a unidade 3 suscitou bastante interesse por parte dos/as cursistas, pois discutiu a sexualidade na escola” (PEREIRA, ROHDEN, *et al*, 2007, p. 78) e uma vez que a dificuldade revela e revelou uma maior necessidade de estudo, pesquisa e discussão.

Nas demais avaliações dos módulos destaca-se linguagem e conteúdo acessíveis no Módulo II, embora alguns avaliaram haver um excesso de informações que pode ter dificultado o entendimento das/dos cursistas. Algumas/alguns participantes sugeriram maior encadeamento entre o conceito de gênero com as práticas pedagógicas e do ambiente escolar (*idem*, 2007, p. 78).

O módulo IV se caracterizou por abordar a temática mais conhecida, mesmo que as

discussões se baseassem muito no senso comum e que tenha havido dificuldade na compreensão de alguns pressupostos teóricos. Sugeriram melhor definição nas noções de raça e etnia, bem como a ampliação do conteúdo sobre as ações afirmativas, além de que “o conceito de etnicidade possa ser mais trabalhado nos textos deste módulo.” (idem, 2007, p. 78).

Segundo Rohden (2009) o curso no decorrer de sua organização foi se estruturando mediante objetivos que de forma resumida prioriza os seguintes princípios:

1. diferenças de gênero, de orientação sexual, de raça/ etnia devem ser respeitadas e valorizadas, não devendo ser utilizadas como critério de exclusão social e política;
2. é fundamental manter uma perspectiva não-essencialista em relação às diferenças, procurando desenvolver uma postura crítica em relação aos processos de naturalização ou biologização, que acabam por transformar diferenças em desigualdades;
3. discriminações baseadas em raça/etnia, gênero e sexualidade estão imbricadas na vida social e na história de diferentes sociedades, necessitando por isso uma abordagem conjunta e transversal. Ou seja, discriminação em relação às mulheres articula-se à discriminação em relação aos que são sexualmente atraídos por pessoas do mesmo sexo ou ainda que discursos racistas possam utilizar características socialmente atribuídas ao feminino para inferiorizar negros/as, indígenas ou outros grupos considerados inferiores;
4. a formulação de leis anti-discriminação não é suficiente para fazer cessar ações violentas e intolerantes em relação às diferenças de gênero, de raça e orientação sexual, sendo para isto fundamental privilegiar ações que visem à transformação das mentalidades e das práticas sociais;
5. a escola, embora tenha se constituído historicamente como espaço de reprodução de preconceitos, é local estratégico para o processo de transformação e deve cumprir sua missão de formar pessoas dotadas de espírito crítico;
6. o estatuto das diferenças de gênero, de raça e de orientação sexual é um debate aberto envolvendo delicadas questões morais, sendo que o curso não deve, portanto, pretender divulgar a "verdade" sobre tais diferenças pela adoção de qualquer tipo de cartilha ou doutrina. Nesse sentido, o fundamental é propiciar que os alunos e as alunas compreendam as implicações éticas das diferentes posições em jogo e construam sua própria opinião nesse debate;
7. a EaD é uma das modalidades de ensino capazes de potencializar o efeito multiplicador da ação educativa (Carrara, Rohden, 2006 *apud* Rohden, 2009, p. 161).

Estes princípios resumem bem a responsabilidade, a preocupação e o cuidado que foi priorizado na construção dessa formação e para além do que foi exposto, a avaliação do curso piloto se mostrou ser uma ferramenta potente ao que a política pública se propunha desde a tenra ideia até a construção e aplicação da proposta. A forma piloto permitiu perceber pontos que deviam ser valorizados e ampliados como: investir mais na formação das/os professoras/es para lidarem melhor com as temáticas, pois questões subjetivas não podem ofuscar a clareza, a objetividade e a responsabilidade que trabalhar estas temáticas requerem. Não trazer visões estereotipadas são essenciais no que se pretende combater: os preconceitos e violências. São professoras/es formando professoras/es para lidarem com estas vivências no ambiente escolar. “Está implícita na função social do professor a responsabilidade de transmitir valores éticos que ordenam à cidadania” (ROHDEN, ARAÚJO, 2007, p. 105).

Outro ponto é a “extensão territorial e política do nosso país e a pluralidade cultural se constituíram em constante desafio para o projeto” (ROHDEN, ARAÚJO, 2007, p. 105), problemas como o não acesso à internet, desconhecimento e a não utilização da comunicação via e-mail, habilidade fragilizada no uso das ferramentas de informática foram encontradas “apesar de ser exigência no processo de seleção” (ROHDEN, ARAÚJO, 2007, p. 105). E um último ponto bastante relevante “é o enfrentamento de questões religiosas e seus tabus” (ROHDEN, ARAÚJO, 2007, p. 105). Fazê-las/os entender que “as questões que dizem respeito aos direitos humanos das pessoas não podem estar baseadas na percepção que se têm da ordem moral e do direito privado” (ROHDEN, ARAÚJO, 2007, p. 105) não é tarefa fácil e necessita de muito tato e conhecimento.

O depoimento dado durante a Oficina de Avaliação da ministra Nilcéa Freire (SPM/PR) contribui para refletirmos sobre a grandiosidade que a política pública GDE assumiu ao ser criada e disponibilizada por meio de formação docente.

Este projeto piloto é a materialização da política pública que veio para ficar e, para isso, envidaremos todos os esforços para fazer com que ele chegue aos milhares de professores e professoras. (...) Nós sabemos o quanto foi difícil caminhar até aqui. Esta é uma das grandes vitórias que temos a contabilizar, principalmente a SPM/PR e a SEPPIR/PR, ao final dos quatro anos da primeira etapa da gestão do presidente Lula; pelo fato de termos iniciado o processo de articulação e integralização desses temas transversais, colocando- os na pauta principal e na agenda de prioridades do governo através da articulação feita com os outros ministérios. (...) Gostaria de festejar junto com alunos e alunas, educadores e educadoras que se dispuseram a compartilhar conosco este programa. Tenho certeza de que a proposta que estava na base do programa desafiava os/as educadores/as que se dispuseram a fazer o curso e convidava todos/as a repensar atitudes, práticas e a rediscutir crenças e valores. (...) Nosso chamado era um convite que ia além de um curso. Nele, estava subjacente o engajamento em uma luta no sentido de desconstruir preconceitos e estereótipos presentes na sociedade brasileira. (...) Depois desses quatro anos, para quem perguntar o que é e o que exatamente faz uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, poderemos exemplificar com o programa Gênero e Diversidade na Escola. (CARRARA *et al.*, 2011, p. 53-54).

Destacamos ainda o trecho do depoimento da ministra que a “política pública veio para ficar”. Nessa época era difícil imaginar os desdobramentos que ocorreria na política brasileira, porém concordamos que mesmo sendo extinta a política pública, seu legado rende frutos – a Especialização em GDE em Rondônia é prova disso e, quem dirá se ela não poderá ser retomada de forma mais consolidada em um futuro próximo. O sucesso conquistado foi um trabalho coletivo das parcerias firmadas e dessa forma fica a seguinte conclusão:

Podemos concluir que a avaliação do projeto Gênero e Diversidade na Escola, em nível nacional e internacional, dá conta da necessidade urgente de se consolidar uma política de formação dos profissionais de educação nos temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, cuja perspectiva interfere na construção social de cidadãos/ãs

e de uma sociedade mais equânime no que concerne aos direitos humanos de todos e de todas (ROHDEN, ARAÚJO, 2007, p. 105).

Após a breve apresentação do que foi o projeto piloto da política pública GDE em âmbito geral, com maior ênfase aos aspectos de Rondônia, por fazer parte do objeto da pesquisa, atentaremos na sequência para o que ocorreu no Brasil após a finalização da versão piloto.

3.2 GDE em esfera nacional a partir do Projeto Piloto

Optamos por trazer a fala da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Nilcéa Freire, da Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro e do Ministro da Educação Fernando Haddad, por considerarmos sua relevância e maturidade em atentar não só para a importância, como também para os desafios que viriam na aplicabilidade de tal política e a partir dela:

Estamos conscientes de que o “Curso Gênero e Diversidade na Escola” tem um enorme desafio pela frente. Entretanto, longe de nos desestimular, a realidade nos encoraja a dar este importante passo, para que um dia seja possível afirmar que, assim como nosso país, a escola brasileira é uma escola de todos/ as. Estamos certos/as de que incorporar o debate de Gênero e Diversidade na formação de professores/ as que trabalham com crianças e jovens é o caminho mais consistente e promissor para um mundo sem intolerância, mais plural e democrático. Formar educadores/as é apenas o primeiro passo (FREIRE, HADDAD, RIBEIRO, 2007, p. 16).

Depois de feito as adequações consideradas pertinentes após a avaliação do projeto piloto e de acordo com Barreto, Araújo e Pereira (2009) a partir de 2008 a formação “Gênero e Diversidade na Escola é oferecido por meio do edital da SECAD/MEC para todas as Instituições Públicas de Ensino Superior do país que queiram ofertar o curso pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB” (2009, p. 11). A partir do “Edital UAB/CAPES/MEC nº 01/2008”, “foram assinados 20 convênios para transferência de recursos e ofertadas 13 mil vagas” (CARRARA *ET AL*, 2011, p. 55).

Dessa forma a oferta do GDE começou a acontecer em vários estados brasileiros. O relatório de Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções do GDE aponta “segundo dados de 2012 da SPM/PR, o curso foi ofertado por 38 universidades públicas estaduais e federais, atingindo mais 40 mil profissionais da educação, sendo oferecido nas modalidades aperfeiçoamento e especialização” (CARRARA *et al*, 2017, p. 15).

Segundo Carrara *et al* (2011) nos anos “2009/2010 seguiram-se mais dois editais (nº 6/2009 – para oferta em 2009 e nº 28/2009 – para oferta em 2010) na modalidade de extensão universitária”. Totalizando dessa forma em 2007, 865 cursistas concluintes do GDE – projeto

piloto, em 2008 o total foi de 13340 cursistas, em 2009 e 2010 foram 15000 em cada ano (2011, p. 55). Um número bastante significativo que esta política pública atingiu.

É relevante destacar que na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal de Goiás (UFG) “o GDE foi reformulado e adaptado para uma formação em nível de especialização, atendendo ao anseio expresso na Oficina de Avaliação” (CARRARA et al, 2011, p. 55).

Os módulos seguiram a mesma estrutura do GDE projeto piloto sendo configurado a proposta nacional composta por cinco módulos (diversidade, gênero, sexualidade e orientação sexual, relações étnico-raciais e avaliação). Totalizando um curso com 180 horas (CARRARA et al, 2017, p. 16).

Ainda de acordo com o relatório “na edição do GDE no estado do Rio de Janeiro, em 2009, foram acrescentados aos módulos originais mais dois: Gravidez na Adolescência e Participação Juvenil” (CARRARA et al, 2017, p. 15). Este acréscimo permite pensar o quanto a política pública GDE significou ampliação de conhecimento e enfrentamento de problemas sociais enfrentados pela população adolescente e juvenil.

Conforme Silva (2021) no Espírito Santo (ES) também houve necessidade de ampliação dos módulos do GDE que se seguiu pelo fato de o estado “figurar como um dos mais violentos no Brasil, no que se refere à violência doméstica. O módulo foi denominado “Gênero e Diversidade no Espírito Santo.” Configurando que o curso tivesse carga horária total de 240 horas, visto que totalizaram seis módulos de 60 horas cada. (SILVA, 2021, p. 106-107).

Consoante relatório foi feito um projeto de avaliação do curso denominado GDE+5 que envolveria participantes do GDE em 10 estados brasileiros com objetivo de “realizar uma pesquisa de avaliação da experiência do curso GDE, por amostra, com vistas a apontar elementos que viessem a contribuir para o aprimoramento da política pública de educação para as diversidades de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais” (CARRARA et al, 2017, p. 24) com parceria do CLAM, SPM/PR e SEDADI/MEC. “O CLAM ficou responsável por todo o processo de realização da avaliação: desenho e implementação do estudo; análise dos resultados e organização de um seminário final direcionado a investigadores e profissionais de educação interessados no tema” (CARRARA et al, 2017, p.24).

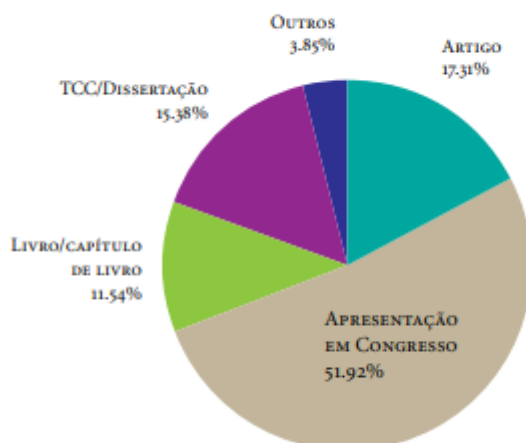
Nesta pesquisa foram utilizadas as bases de dados: “Biblioteca Online Scielo (www.scielo.org); a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); a Plataforma Lattes; e as páginas sugeridas no Google Acadêmico” e foram encontrados “250 referências diretas ao GDE. Destes foram selecionados “53 que abordam diretamente o curso, em algum de seus aspectos” (CARRARA et al, p. 35).

Destacamos ainda que seguindo a avaliação do GDE+5 entre 2006 - 2012, anos analisados, 2010 apontou o maior número de trabalhos publicados. Houve um declínio significativo em 2011 e retomada de crescimento em 2012. Merece destaque que em 2010 “o GDE foi tema de grupos temáticos em congressos nacionais e regionais” e o aumento em 2012 “quando voltam a surgir várias publicações avaliando o curso; em muitos casos, já abordando uma segunda oferta das Universidades” (CARRARA et al, 2017, p. 36).

Pensando que este trabalho pesquisou a política pública GDE, em especial no estado de Rondônia, consideramos relevante trazer dois gráficos expostos no relatório (CARRARA et al, 2017, p. 37-38) para melhor visualização e entendimento. A imagem 1 por trazer as bases de dados da pesquisa e o quantitativo de trabalhos por tipologia. E a imagem 2 por apresentar a distribuição destes trabalhos por regiões brasileiras.

Figura 1 – Gráfico das publicações sobre GDE, Brasil, 2006 - 2012

| GRÁFICO 3 | MODALIDADE DE PUBLICAÇÃO SOBRE O GDE

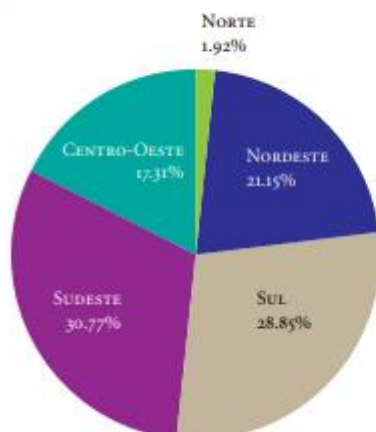


FONTE: CLAM/IMS/UEJ

Fonte: Gênero e Diversidade na Escola: Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções (CARRARA et al, 2017, p. 37).

Figura 2 – Gráfico das publicações sobre o GDE por regiões, Brasil, 2006 - 2012

| GRÁFICO 4 | DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS PUBLICAÇÕES



FONTE: CLAM/IMS/UERJ

Fonte: Gênero e Diversidade na Escola: Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções (CARRARA et al, 2017, p. 38).

Para esta pesquisa é relevante ressaltar o baixíssimo percentual de trabalhos publicados na região norte de apenas 1,92%. Carrara et al (2017) ressalta que esta foi a região com menor oferta do curso o que repercute “às consequências da regionalização desigual do curso” (CARRARA et al, 2017, p. 38) e reforça que “o incentivo de mais ofertas do curso nessa região poderia colaborar para o aumento da produção acadêmica e também para visualizar problemáticas específicas desse contexto brasileiro” (CARRARA et al, 2017, p. 40).

Diante disso, optamos por finalizar o tópico do GDE em esfera nacional ressaltando sua efetividade necessária na construção de uma sociedade mais equânime e, que para além do que foi exposto até aqui, apresentaremos no próximo tópico as contribuições dessa política em alguns trabalhos acadêmicos que elegemos importantes em nossa pesquisa.

3.3 GDE em trabalhos acadêmicos

Este tópico dedica-se a um breve gesto de análise acerca dos resultados da pesquisa bibliográfica realizada e já detalhada anteriormente quando tratamos da metodologia. Nosso esforço de pesquisa está sintetizado no Anexo I - Produções Científicas localizadas sobre GDE (Brasil, 2006 – 2023) e nosso principal objetivo com essas informações é compreender a importância e a capilaridade da política pública, bem como compreender melhor como o GDE foi aplicado nos diversos municípios; acerca do levantamento em si, nossos objetivos foram tanto levantar os dados para esta análise, conhecer o que já foi produzido acerca do nosso tema e também procurar pesquisas que pudessem explicar (ou ao menos explicitar) a ausência de trabalhos localizados ou que tratem da região Norte.

Sistematizamos alguns dados que julgamos relevantes no Anexo I com base nos trabalhos encontrados, além de apresentar um breve resumo de cada trabalho, elaborado a partir de uma paráfrase e resumo simples citando diretamente trechos dos resumos produzidos pelas/os autoras/es dos respectivos trabalhos procurando apresentar os principais aspectos de cada trabalho, especialmente os objetivos e os resultados.

Antes de começar um gesto de análise destes resultados, apontamos algumas questões levantadas que nos chamaram a atenção durante a seleção dos trabalhos.

Por meio de Lima (2012) tomamos ciência da existência de um curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade (UFBA). A tese *Currículo, Gênero e Formação: uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas* de Tatiane de Lucena Lima não aponta sobre uma influência direta do GDE enquanto política pública para a elaboração e criação do curso cuja primeira turma é de 2009.

Dentre as pesquisas nas plataformas dois trabalhos nos chamaram a atenção por citar nominalmente Rondônia no título, embora nenhum deles trate do GDE. O artigo *Adolescência e Sexualidade: um estudo exploratório em uma escola de Porto Velho – RO*, de José Juliano Cedaro, Luana Michele da Silva Vilas Boas e Renata Moreno Martins é um artigo que trata sobre as perspectivas acerca do comportamento sexual de adolescentes numa escola publicado na revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. O outro trabalho trata-se da dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ de George Madson Dias Santos *Mulheres ribeirinhas de São Carlos do Jamari/Rondônia: da vida passada às perspectivas de futuro*. Este trabalho analisa as falas e a realidade sociocultural de mulheres ribeirinhas partícipes do Programa Mulheres Mil, do Projeto Cidadania Ribeirinha.

Por fim, antes de apresentarmos os dados acerca dos trabalhos pesquisados, gostaríamos de destacar a tese *Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política nacional*, de Lucia Rejane Gomes da Silva, que analisa a falta dos conteúdos sobre sexualidade e orientação sexual nos cursos de pedagogia das instituições de ensino de Porto Velho.

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações das teses que encontramos entre 2006 e 2023 (até o dia 10 de novembro) nas plataformas da BDTD e da SCIELO.

Quadro 3 – Teses encontradas na pesquisa dos trabalhos sobre GDE

Autoria	Ano	PPG	IES	Região
Emília Murta Moraes	2013	Educação	UFMG	Sudeste

Cláudia Denis Alves da Paz	2014	Educação	UnB	Centro-Oeste
Fabiane Lopes Teixeira	2014	Educação	UFPel	Sul
Sirlene Mota Pinheiro da Silva	2015	Educação	USP	Sudeste
Ana Paula Costa	2017	Educação	USP	Sudeste
Erineusa Maria da Silva	2017	Educação	UFES	Sudeste
Thalles do Amaral de Souza Cruz	2019	Educação	UERJ	Sudeste
Alexandre Bortolini	2022	Educação	USP	Sudeste

Fonte: Elaboração própria com base na BDTD com dados de 10 de novembro de 2023.

Logo de cara um fator que nos chama atenção é que todos os trabalhos defendidos neste período que tratam do GDE são filiados a Programas de Pós-graduação em Educação e em sua grande maioria em instituições do Sudeste. Apenas duas teses, ambas de 2014 que divergiram deste padrão. Evidente que quando olhamos para estas informações não podemos deixar de considerar algumas questões: a grande concentração populacional brasileira na região sudeste¹⁰, a maior concentração de Instituições de Ensino Superior (IES) na região sudeste também¹¹ e também a abrangência do repositório da BDTD que possui indexada apenas uma parcela dos repositórios institucionais¹².

Consideradas todas essas questões, denota-se como todos os estados do Sudeste possuem ao menos um trabalho representante enquanto as regiões Norte e Nordeste sequer possuem alguma tese. Destacamos esta assimetria justamente por compreender que um dos objetivos do GDE estava em considerar a variedade e diversidade característica do Brasil, que no próprio projeto piloto de 2006 fez questão de incluir ao menos um município de cada região. Isto, porém, conforme observamos nesta pequena amostragem, não se mostra como terreno igualmente fértil e frutífero.

Quando observamos os dados sobre as dissertações a diversidade é maior, é o recorte que apresenta mais diversidade tanto no quesito da distribuição geográfica quanto no quesito áreas do conhecimento dos Programas.

Quadro 4 – Dissertações encontradas na pesquisa dos trabalhos sobre GDE

Autoria	Ano	PPG	IES	Região
Dirce Margarete Grösz	2008	Educação	UnB	Centro-Oeste
Maria Mostafa	2009	Saúde Coletiva	UERJ	Sudeste

¹⁰ Segundo dados do censo 2022 do IBGE cerca de 42% da população nacional se concentra na região Sudeste. Conforme: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714#/n1/all/n2/all/n3/all/v/all/p/all/d/v614%2021/v,p,t/resultado>

¹¹ Segundo dados do 13º Censo do Ensino Superior cerca de 43% das IES com cursos presenciais se concentram na região Sudeste. Conforme: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/regioes/>

¹² Também há que se considerar que Programas com Doutorado são menos comuns que Programas com Mestrado. Além de que um doutorado dura, em média, o dobro de tempo para ser concluído, reduzindo, por essa questão apenas, em teoria, o número pela metade.

Juliana de Jesus Santos	2012	Geografia	UFG	Centro-Oeste
Andreia dos Santos Barreto Monsore de Assumpção	2012	História, Política e Bens Culturais	FGV	Sudeste
Rosilene Souza Gomes Cerqueira	2012	Saúde Coletiva	UERJ	Sudeste
Ednalva Macedo Nunes	2015	Psicologia	PUC-GO	Centro-Oeste
Osmar Arruda Garcia	2015	Educação	USP	Sudeste
Ana Cristina Batista de Souza	2016	Educação	UFPB	Nordeste
Rejane da Conceição Meirelles	2017	Ciências Humanas e Sociais	UFRRJ	Sudeste
Maria Nazareth Moreira Vasconcelos	2018	Educação	PUC-SP	Sudeste
Amanda de Oliveira Santana	2020	Educação	UFMT	Centro-Oeste
Leonardo de Miranda Ramos	2020	Antropologia Social	UFSC	Sul
Robson Ferreira Fernandes	2021	Ensino de História	UFSC	Sul

Fonte: Elaboração própria com base na BDTD com dados de 10 de novembro de 2023.

Embora Educação continue sendo a área com mais trabalhos, as dissertações encontradas estão filiadas a uma variedade maior de programas, destacamos aqui as duas dissertações filiadas ao Programa de Saúde Coletiva da UERJ tanto por não se tratar de um programa de Ciências Humanas especificamente, quanto por serem trabalhos orientados justamente por professoras que trabalharam na construção do GDE e de seus documentos: Prof^ª. Dr^ª. Fabíola Rohden e Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Heilborn.

Essa variedade institucional, regional e de programas é interpretada por nós como um indicativo da importância e da capilaridade que o GDE constrói ao longo dos anos e é justamente a razão desse nosso tópico na pesquisa. É importante ter noção da amplitude do programa para compreender sua importância e influência na sociedade brasileira. “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” partindo dessa conhecida afirmação do educador Paulo Freire acerca do poder transformador da educação reiteramos a importância não só do GDE ter existido em um país igualmente diverso e desigual como o Brasil, como também reitera a importância da institucionalização de pesquisas acerca da política pública.

Pensar trabalhos acadêmicos como frutos diretos do curso é apenas parte do processo, a parte que é objetivamente aferível e mensurável. Tal afirmação é apenas um dos aspectos, não temos como medir o impacto direto nas práticas docentes das professoras e professores que

passaram pela formação e nas incontáveis vidas de alunas e alunos que foram tocados por essas/es profissionais e suas práticas mais acolhedoras e compreensivas.

Quadro 5 – Artigos encontrados na pesquisa dos trabalhos sobre GDE.

Autoria	Ano	Área do Conhecimento	IES	Região
Fabíola Rohden	2009	Formação de Professores	UERJ	Sudeste
Priscila Gomes Dornelles e Ileana Wenez	2019	Formação de Professores	UFRB/UFES	Nordeste/Sudeste
Marivete Gesser e Reginaldo Medeiros Martins	2019	Formação de Professores	UFSC	Sul
Leandro Castro Oltramari e Marivete Gesser	2019	Formação de Professores	UFSC	Sul
Zilene Pereira Soarse e Simone Souza Monteiro	2019	Formação de Professores	UFG/FIOCRUZ	Centro-Oeste
Erineusa Maria da Silva e Eliza Bartolozzi Ferreira	2019	Política Educacional	UFES	Sudeste

Fonte: Elaboração própria com base na SCIELO com dados de 10 de novembro de 2023.

Com os artigos temos novamente uma predominância do eixo Sul-Sudeste no que tange às regiões das produções. Como os artigos não são diretamente vinculados a um programa e sim a uma revista, optamos por classificá-los não por Programa de Pós-graduação e sim por área temática do conhecimento. Todos, em algum nível, alternavam entre política pública, política educacional e formação de professores.

Um elemento que nos chama atenção é a regularidade dos anos das publicações, com exceção do artigo de Rohden, que trata do projeto piloto e foi publicado em 2009, todos os outros são datados de 2019. Provavelmente existe alguma razão para tamanha regularidade, potencialmente algo a ver com o próprio banco de dados da SCIELO, porém não deixa de ser interessante a “coincidência” justamente com o primeiro ano de (des)governo de Bolsonaro. Independente de qual seja a razão é bastante simbólico e significativo enquanto um gesto de resistência às perdas de direitos e aos desrespeitos aos diversos setores da população brasileira ocorridos nesse período, mas não só nele.

Um aspecto curioso e que nos é significativo é o fato de que a maioria dos trabalhos possuem autoria feminina. Consideramos aqui as devidas proporções tanto da maioria das mulheres no exercício do magistério no Brasil (cf. YANNOULAS, 2013), como da maior participação das mulheres no GDE (ao menos de acordo com os dados do projeto piloto (cf. BARRETO, 2007, p. 60) e do próprio recorte das diversas pesquisas que elencamos). Como exemplo, apontamos aqui a proporção entre cerca de 86% e 89% de participação feminina nas

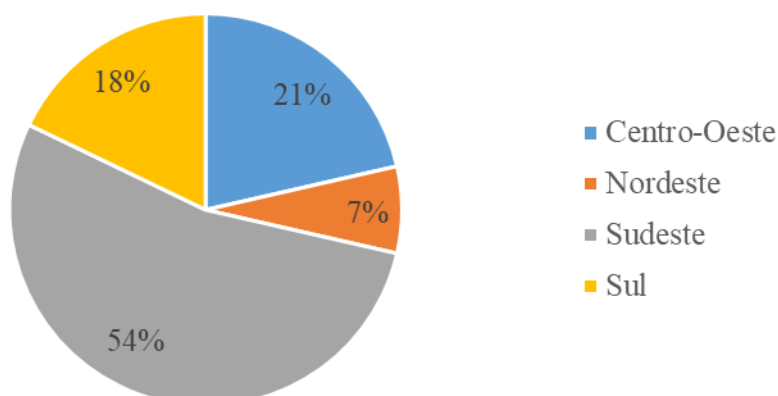
etapas da pesquisa da tese de doutoramento da Prof^a. Dr^a. Erineusa Maria da Silva (2017, p. 17). Consideradas essas proporções, não proporemos respostas ou hipóteses para essa questão, apenas levantaremos novas provocações. Por que a maioria das pessoas interessadas por discutir e aprender sobre gênero e diversidade na escola se identificam com o feminino? Quais são as estruturas por trás dessa organização? Quais são os efeitos práticos disso na prática docente brasileira? Quais são os efeitos disso para a educação brasileira como um todo?

Evidente que “nem tudo são flores” e os resultados e conclusões apresentados nos trabalhos analisados nem sempre são tão positivos e transformadores como esperado. A grande maioria aponta sim para o potencial transformador da política pública, para a importância e a necessidade do GDE, bem como para a existência de programas como o GDE, porém uma análise que se calque na materialidade não pode lidar apenas com o idealismo esperado. A pesquisa de Moraes (2013), por exemplo, aponta como de fato existem mudanças positivas na direção da desconstrução de conceitos, mas que ao mesmo tempo existe também a consolidação de preconceitos prévios entre partícipes do curso. E que embora seja pensado justamente para trabalhar com a diversidade brasileira, o curso falha em considerar “as diversidades culturais presentes nos diversos locais de execução do curso, bem como as diferenças entre os/as próprios participantes” (MORAES, 2013, p. 255).

Um outro fator negativo observado neste levantamento de trabalhos acadêmicos é justamente a inexistência de trabalhos realizados na região Norte. O gráfico a seguir apresenta a porcentagem dos trabalhos encontrados/analizados distribuídos por região.

Figura 3 – Gráfico da distribuição dos trabalhos por região

Distribuições dos Trabalhos por Região



Fonte: Elaboração própria com base em BDTD e SCIELO com dados de 10 de novembro de 2023.

Esta distribuição denota, dadas as limitações e características já apresentadas nesse tópico de análise, a invisibilização das regiões Norte e Nordeste, justamente as regiões comumente “esquecidas” pelos grandes circuitos acadêmicos, políticos e sociais. O silenciamento do eixo Norte-Nordeste, duas regiões de ampla importância quando consideramos tanto a diversidade humana como a biodiversidade nacional, é um processo sistêmico já no Brasil. A completa ausência do Norte nesta nossa pesquisa, aliada à não continuidade da política pública em Rondônia são duas das nossas maiores motivações e justificativas em construir essa dissertação.

Estamos cientes também da contradição em que nos encontramos, todavia buscamos nela visibilidade para o problema em questão. A contradição que se caracteriza por ser um trabalho que analisa o GDE em Rondônia e denuncia a invisibilidade do Norte enquanto se filia institucional e academicamente à uma instituição que não é do Norte. Porém, compreendendo a contradição como constitutiva dos discursos e dos sujeitos e compreendendo também a visibilidade da UnB e a legitimidade de uma pesquisa como a nossa, entendemos como positiva e necessária tanto a presente dissertação, como essa filiação ao PPGPS da UnB.

4 O GDE EM RONDÔNIA

Neste capítulo abordaremos o processo do GDE em Rondônia. Conforme já apontamos a capital do estado participou da aplicação do Projeto Piloto em 2006, todavia, não houve continuação da política pública no estado. Já em 2016 quando a política já estava em processo de extinção acontece a criação do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Desta forma, trataremos do GDE nestes dois momentos, com destaque à análise da Especialização.

4.1 GDE em Rondônia – 2006 e a partir de 2016

De acordo com Pereira, Rohden, *et al* (2007), em Porto Velho foram inscritos 319 cursistas, matriculados 292, iniciaram o curso 173, participaram do curso 132, aprovados 86 e reprovados 46 cursistas. No geral o curso obteve 206 cursistas que corresponde a 19% de evadidos; 180 equivalendo a 17% de reprovados e 685 totalizando 64% de cursistas aprovados. Destacamos que Porto Velho ocupou posição intermediária de evasão e aprovação: 22% e 50% respectivamente. Um número bem significativo se pensarmos no que acontece depois, ou melhor, no que não acontece, visto que há uma lacuna de 10 anos sem a menção de GDE em Rondônia.

Carrara *et al.* (2017) trazem dados de que a política pública GDE não foi gerida e aplicada de qualquer maneira. Para tanto sofreu o processo de aplicação e avaliação por meio do projeto piloto que selecionou e contemplou municípios que representavam o máximo da diversidade brasileira. Porto Velho é parte fundamental nesta amostragem.

Para nos ajudar conhecer esta rica diversidade do estado a Professora Nair Ferreira Gurgel do Amaral do Departamento de Língua Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia, em seu artigo Processos Migratórios em Rondônia e sua influência na Língua e na Cultura, (2012), expõe:

O Estado é um mosaico de diversas culturas, de tal modo que ainda nenhum traço cultural prevalece sobre o outro, devido ao grande número de migrantes. A diversidade cultural de Rondônia é facilmente percebida através de seu calendário de festas, que mistura Blocos Carnavalescos, Arraiá Flor do Maracujá, Festival Folclórico com apresentações dos Bois-Bumbás, Festas de Rodeio e Exposições Na literatura, destacam autores nascidos no estado e os que migraram para Rondônia ao longo das últimas décadas. Na culinária, são bastante consumidos os peixes amazônicos, juntamente com o baião de dois nordestinos, o pão-de-queijo mineiro, o piqui goiano, a polenta paranaense, o churrasco e o chimarrão gaúchos, a saltenha boliviana, o tacacá paraense e a todas as variedades culinárias feitas com a macacheira e a banana comprida do Amazonas. Quanto ao vocabulário, as influências também são diversas: do Amazonas veio arengar (brigar), banho (balneário); do Pará, veio a expressão Eraste! (acompanha os sinônimos de Égua!: tu alopra; apela), a palavra acocar (abaixar); do nordeste, herdamos abestado (abobalhado, doido, lesado, distraído),

acochado (apertado), alesado (abobalhado, distraído). Em algumas cidades é bastante comum o uso do guri gaúcho, e em outras o piá paranaense. Nas cidades, entre os jovens, é usado o piseiro, gíria local com o sentido de festa, bagunça, mas também encontramos barca (festa jovem), como veremos, com mais detalhes no final deste artigo (AMARAL, 2012, p. 90-91).

Este excerto ajuda a compreender uma das razões pelas quais o município de Porto Velho foi escolhido como participante do projeto piloto, o único estado da região norte e que congrega características de todas as demais regiões do país. Todavia, há um paradoxo em Rondônia no que tange a política pública GDE, pois ela não acontece quando poderia e recomeça na contramão do esperado. Isso permite crer que a semente plantada germina mesmo em terrenos pouco favoráveis ao plantio. A durabilidade desta política não se reduz ao tempo de funcionamento. Sua dimensão é difícil de ser medida.

Rondônia é um estado muito jovem, criado durante o período da Ditadura Militar (1981). Por sua história de ocupação, possui uma população diversa com gente de norte a sul do país, indígenas, ribeirinhos e imigrantes (barbadianos, haitianos, venezuelanos, etc.). Essa diversidade toda, porém, não se traduz como sendo um lugar progressista; muito pelo contrário. Rondônia é um estado muito conservador e que nunca possuiu um governo de esquerda nos pouco mais de 40 anos desde sua criação. Elegeu, em 2018, o Coronel Marcos Rocha (Partido Social Liberal – PSL) – praticamente desconhecido pela maioria no início da campanha e que ganhou popularidade sob a alcunha de “O governador do Bolsonaro”. Em 2022 enfrentou um adversário difícil de derrotar, pois com a mudança de partido do presidente, de legenda 17 para 22, mesmo ele apoiando Jair Bolsonaro, seu concorrente era oficialmente do partido dele, fato que acirrou a disputa entre os dois. Foi evidente a presença de muitos eleitores que são movidos pela legenda e/ou pelo Bolsonaro. Neste episódio presumo que os votos decisivos para a reeleição do governador foram os contrários a Bolsonaro, que em sua maioria concordam ser menos ruim o Coronel Marcos Rocha.

Segundo dados do TRE/RO e TSE em 2018 foram 72,18% dos votos válidos destinados a Jair Bolsonaro e no município de Nova Brasilândia d’Oeste, lugar onde resido, foram 70,67%. Em 2022 o resultado foi bem semelhante: Jair Bolsonaro obteve 70,66% e no meu município, 72,32%. Estes dados remetem a quão delicada representa esta pesquisa. Importante salientar que a disputa para o Governo também seguiu um panorama semelhante, porém com candidatos do mesmo espectro político.

Como sabido, Rondônia participa desde o princípio da política pública GDE e que por um período de dez anos não se tem registro da aplicação desta política pública no estado. Porém, é importante destacar que neste período houve situações em que o estado ganha destaque com

tentativas de controle de materiais didáticos como foi o caso ocorrido no município de Ariquemes, em fins de 2016, quando o prefeito¹³, juntamente com a bancada evangélica, decide por arrancar, dos livros didáticos da rede municipal, todas as páginas que continham apologia a “ideologia de gênero”.

Ao verificar este material didático percebe-se que a atitude radical de eliminar as páginas girava em torno dos modelos familiares que o livro trazia. Conter fotos de crianças com dois pais ou duas mães fora visto como destruição da família nuclear tradicional constituída de mãe, pai, e filha/o/s e não chamou atenção para famílias sem a presença do pai, como é muito recorrente na sociedade brasileira.

É interessante que o fato de fazer barulho parece ser o objetivo, pois a ilegalidade desse ato deve ser percebida por estes parlamentares, porém agem assim e acabam ganhando fama diante da sociedade como sendo os que estão preocupados com as crianças e esta farsa se transforma em palco político. Yannoulas, Afonso, Pinelli (2021) corroboram ao afirmar que:

A falácia sobre a ideologia de gênero criou identificação popular e foi mobilizado por grupos religiosos, neoconservadores e parlamentares, muitas vezes distribuindo Fake News ou notícias falsas fabricadas e veiculadas nas mídias sociais, com conteúdo falso e com a deliberada intenção de enganar e obter ganhos políticos” (2021, p.74).

É tanto que outro fato parecido chama atenção em outro município de Rondônia, agora em Ji-Paraná, em que um grupo de pais decidem reivindicar junto ao Ministério Público a retirada de páginas de livro didático de Ciências, de 8º ano, “por incitar a sexualidade”, antes do tempo, entre os adolescentes, apenas por conter o desenho do órgão sexual masculino em posição ereta e apresentar o autoexame de mama na prevenção ao câncer de mamas (Cf. FERNANDES, BERNARDI & CÍCERA, 2017).

Observa-se que nesta notícia a ação destes pais revela o quanto o barulho fomentado anteriormente por gestores públicos fortaleceu a crença do risco que as/os filhas/os correm nas mãos de professoras/es no espaço escolar. O “barulho” feito não pretende retirar o perigo dos livros, todavia manipular pessoas e assim, manterem-se no poder como os defensores da moral e dos bons costumes. Contudo desrespeitam a Constituição e incitam o ódio em nome de preceitos religiosos. Legalizam a destruição de vidas em nome de Deus¹⁴.

A pesquisadora Oliveira (2014), em sua pesquisa “Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea” nos ajuda a refletir sobre a questão da violência. Embora não trate

¹³ Thiago Flores demonstra desejo de controle do que se é ensinado nas escolas denotando o quanto a homofobia é evidenciada, mas não, punida. A reportagem traz evidências de atitudes de ódio e homofobia (Cf. Carlos e Ferreira 2017). Para maiores esclarecimentos consultar Nunes (2017).

¹⁴ Utilizei Deus com letra maiúscula mostrando a contradição que há, pois para o cristianismo a palavra Deus devidamente escrita assim remete ao criador, o que dá a vida e que autoriza a morte em atitudes assim.

especificamente do processo em Rondônia, mas da região amazônica como um todo, a autora destaca como as mulheres são violentadas nos processos de colonização amazônica. Destacamos um trecho que trata do primeiro ciclo da borracha (final do século XIX), que é um dos marcos iniciais do povoamento da região, e onde fica explícita a natureza violenta destes processos:

A prática de captura de mulheres na floresta perdurou durante todo o período da Economia da Borracha e permanece no imaginário popular como prática “naturalizada” desde os primórdios da colonização. A “naturalização” dessa prática contribuiu para a construção do estereótipo da “permissividade à prostituição”. Como no processo de captura havia pouca possibilidade de resistência, fuga ou enfrentamento à violação sexual, as capturadas eram submetidas a uma perversa relação de dominação estabelecida pelo uso da força e do poder masculino (OLIVEIRA, 2014, p. 214).

Desta forma, sem desconhecer que a realidade é diversa e multideterminada não podendo estabelecer relação de causa e efeito direta entre as questões dessa “violência fundadora” com a violência atual registrada no estado, conforme já apontamos, percebe-se como o histórico de colonização absurdamente violento no Brasil também é fundador na região e no estado a partir da colonização e todos os processos violentos que decorreram disso, especialmente para as populações africanas forçadamente trazidas para o Brasil e os povos originários.

Com a ascensão de Bolsonaro muitos se deram conta do quanto o absurdo pode ocupar o poder e as sequelas deste desgoverno perdurarão em ações de pessoas que ganharam força para expor seus preconceitos, autoritarismos e violências. O fato dessas ações acontecerem em Rondônia merece atenção devido o processo de povoação deste estado ter se dado em período militar e com forte presença de religiosos. Duas forças que exercem influência sobre a sociedade. Uma em nome do respeito pela autoridade da justiça que está para o controle da sociedade e a outra pela força da fé em que seus representantes, em nome de Deus, podem tudo, incluindo promover o desserviço no campo político e ideológico.

Adentrando o espaço da análise de dados percebe-se que apesar de Porto Velho ser um dos municípios brasileiros contemplados pelo projeto-piloto da política pública GDE, a UNIR não faz parte das universidades que participaram da parceria para oferecer esta formação. Por mais que a UNIR em 2006 estivesse completando apenas 24 anos, visto que fora criada em 1982, pela Lei nº 7.011, de 8 de julho, seria relevante estar junto das demais universidades que disponibilizaram a formação de professores via política pública, até porque a capital foi privilegiada por fazer parte da primeira experiência ofertada do GDE.

Todavia, anos depois, em 2017¹⁵, é justamente a UNIR, na figura do Departamento de História, do *campus* de Rolim de Moura que oferece uma formação de mesmo nome, em caráter de Pós-graduação *lato sensu*.

Em busca de documentos na Secretaria do Estado de Educação (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED) sobre a participação de Porto Velho, em 2006, no projeto piloto, não obtivemos grandes resultados. Na SEDUC a informação obtida fora a de que quaisquer documentos sobre o período que ainda pudessem existir foram destruídos em um incêndio ocorrido no arquivo da instituição em 2012 e que na época os registros ainda não eram mantidos por meio de sistema virtual. Fui encaminhada, porém, a uma servidora que havia participado da formação em 2006. Ela informou que buscou a formação pela temática ter chamado a sua atenção e por estar, à época, no departamento de tecnologia da Seduc, devendo ser multiplicadora da formação. Quando perguntada sobre sua visão da formação e sobre o motivo da não continuidade do GDE, disse-me que gostara muito e que não sabia o motivo da descontinuidade da formação.

Já na SEMED, a informação foi de que as documentações existentes em arquivo partem de 2017 e fui encaminhada à coordenação do polo de Porto Velho da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A coordenadora apontou, porém que o referido polo só existe a partir de 2008, não havendo registros anteriores. Ao tomar ciência da proposta da formação ficou surpresa que não tenha havido continuidade, visto a sua importância. Destaco que sua fala foi “será que o nosso estado é tão preconceituoso assim?”.

A memória é uma forma sensível de manter a história de um lugar e de um povo. É inegável sua importância, porém os arquivos são documentos que revelam acontecimentos, fatos e, dessa forma, o tempo não exerce o poder do esquecimento sobre eles. Hoje com a era da digitalização o incêndio deixa de ser um perigo iminente, todavia, neste caso em questão, ele causou danos irreversíveis e só não foi mais eficiente, porque a participação em contexto nacional ficou registrado em instâncias superiores.

Diante do exposto, percebe-se que a participação de Porto Velho no projeto piloto não significou muito para o estado, pois nem documentação que comprove e direcione reflexões existem. Dessa forma, seguimos adentrando o espaço da Fundação Universidade Federal de Rondônia *Campus* de Rolim de Moura, Departamento de História para averiguar dados sobre a Especialização em GDE que surge na contramão do esperado e que consideramos ponto central dessa pesquisa.

¹⁵ Em 2017 iniciam-se as aulas da primeira turma, a publicação do edital e o processo seletivo acontece no final de 2016.

4.2 Especialização *Lato Sensu* Gênero e Diversidade na Escola

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Gênero e Diversidade na Escola começou a ser gestado pelos docentes do Departamento de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia, no *campus* de Rolim de Moura, em 2014, e partiu da política pública federal já descrita nesta dissertação, cuja proposta inicial previa bolsas para docentes e cursistas a ela vinculadas/os. A proposta foi submetida ao edital do Ministério da Educação (MEC), tramitou nos Conselhos Superiores da Universidade e em 08 de agosto de 2015 ocorreu a sua homologação pelo Conselho Superior Acadêmico – CONSEA.

No Brasil, neste período, estava em curso retrocessos econômicos, políticos e sociais e a política pública foi cancelada no âmbito do MEC e posteriormente ocorreu a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. E assim, coube exclusivamente a equipe de gestores e docentes do Departamento de História, Campus de Rolim de Moura a decisão de seguir com a efetivação do curso aprovado. Acerca desta decisão, o texto da proposta pedagógica do curso afirma: “tendo em vista a importância política e estratégica dele, deliberou por ofertá-lo, mesmo sem os incentivos e contrapartidas inicialmente previstas”. (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, 2021, p, 06).

Após os trâmites legais institucionais da criação, institucionalização e devida instalação do curso foi publicado, em 01/11/2016 o edital de seleção para a primeira turma do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola cujas aulas iniciaram-se em 25 de fevereiro de 2017.

A política pública GDE tinha como público alvo as/os professoras/es, gestoras/es ou seja, formação estritamente para a área da educação, já a Especialização em GDE é direcionada a profissionais com graduação em quaisquer áreas do conhecimento. Essa diferença contribui pensar dois aspectos relevantes. O primeiro diz respeito ao fato da formação ser importante e necessária para qualquer área. O segundo trata da possível dificuldade de preenchimento de vagas caso a oferta fosse restrita apenas aos profissionais da educação. É imprescindível ressaltar o momento histórico vivido no Brasil neste momento e o quanto a “ideologia de gênero” havia ganhado dimensão de palco político.

Consideramos salutar trazer a memória que no mesmo período em que a Especialização estava sendo discutida e aprovada nos trâmites legais da universidade, iniciava-se o processo de deposição da primeira presidenta eleita no país. Processo este que teve início em dezembro de 2015 e fora concluído com a cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 31 de

agosto de 2016 (SENADO NOTÍCIAS, 2016, ONLINE). Observa-se que a homologação do curso GDE aconteceu quatro meses antes do início do processo de impeachment e o processo seletivo, três meses após a consumação do golpe que destituía Dilma Vana Rousseff da Presidência da República, eleita democraticamente por dois mandatos consecutivos.

Trazer a descrição destes fatos contribui reforçar que enquanto o recuo na esfera nacional acontecia, um movimento oposto estava se iniciando em Rondônia, em especial, no interior do estado.

A justificativa da criação e efetividade do curso apresentada no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (EGDE) parte dos desafios que a escola pública enfrenta em propiciar debates e ações que promovam a efetivação de um país multiétnico e multicultural. Para tanto elenca pontos que nos ajudam pensar a dimensão dessa formação, bem como a sua responsabilidade na formação humana e cidadã: a diversidade de manifestações culturais, mentalidades e formas de organização social estarem longe de atingirem a cordialidade e o respeito necessário na aquisição de capacidades para a superação de intolerâncias, racismo, preconceitos, machismos e homofobias¹⁶; relevância acadêmica e social na promoção de discussões sobre ensino e pesquisa amparadas pela diversidade étnico-cultural e problemas de gênero engendrados e presentes no estado; formação em nível de pós-graduação contribuindo com a efetivação da Constituição Federal, bem como o cumprimento de:

Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 2003; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.294/1996), em específico seu artigo 26-A, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica (Lei nº 10.639/2003); Lei Nº 11.645/2008, que altera a Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Lei nº 11.525/2007, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), ao acrescentar o § 5º ao seu art. 32, tornando obrigatória a inclusão do conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90); II Plano Nacional de Política para as Mulheres (2008); Programa Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, de março de 2004; Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (adotada – por unanimidade - pelas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, e promulgada pelo governo brasileiro pelo Decreto nº 99.710, em 21 de novembro de 1990); Declaração e do Programa de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas (Durban, África do Sul, 2001); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW; e na Ação Direta de Inconstitucionalidade

¹⁶ A palavra homofobias, aqui exposta no plural, é entendida por aversão a toda e qualquer manifestação que se afaste da heteronormativa e não somente a homossexualidade.

por Omissão (ADO) nº 26, que equipara a LGBTfobia ao crime de racismo, como está na Lei nº 7.716/89 (PPC, 2021, p. 09).

Expor de forma detalhada os Programas, Políticas e Leis que contemplam a diversidade e que precisam ser postas em prática e, por conseguinte, são reforçadas na política pública GDE nos ajuda perceber que a ação de levar adiante a implantação da Especialização, sem incentivo financeiro, além de revelar comprometimento com uma educação mais inclusiva, diversa, promotora do conhecimento e respeito, também representa embate político por ir contra o que está se desenhando no Brasil. Entre os objetivos trazidos no PPC da Especialização destacamos um que contempla bem a pluralidade que o GDE interliga:

Construir, junto com os/as professores/as da rede pública, sensibilidades para compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que negros e negras, povos originários, mulheres, a comunidade LGBTQIA+, dentre outros grupos discriminados e/ou subalternizados, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável (PPC, 2021, p. 10);

Para ampliarmos mais o entendimento dessa Especialização analisaremos as grades curriculares do curso, que em sete anos de funcionamento já teve uma reformulação e veremos em que isso nos ajuda entender a efetividade desta Especialização.

4.2.1 Análise das grades curriculares de 2017 e 2023

Consideramos relevante analisar as duas grades curriculares da EGDE (2017 e 2023) por compreender reformulação como um indicativo não só da efetividade, importância do curso, e sua projeção no reconhecimento do trabalho dentro da instituição, como na comunidade local e formandos, como também projeção no sentido de projetar-se ao futuro. Destacamos aqui um trecho do novo PPC que trata da demanda do curso que justifica e explica essa reformulação.

Esta ação foi levada a termo tendo em vista demandas e necessidades identificadas nesses cinco anos de curso. Uma delas é que como a proposta inicial fora pensada dentro de uma política específica do MEC, sua configuração e Regulamento atendiam a especificidades do edital que a originou, o que implicava em direcionamentos quanto ao público-alvo, grade curricular, regime de oferta e duração. Outra é a própria trajetória do curso. Após meia década, quatro turmas formadas, acúmulos de experiências e a reconfiguração do corpo docente, hoje bastante diverso da primeira formação, mostrou-se ponto de consenso no grupo atual a necessidade de se operar adequações ao PPC, no sentido de atualizar, complementar e potencializar este que tem sido um espaço formativo, reflexivo e provocativo, principalmente em contexto tão adverso. (PPC GDE 2021, p. 6).

Como o curso surge atrelado à política pública, procurando atender às demandas de configuração desta sua organização era bastante específica, de modo que agora o colegiado da Especialização julgou necessária sua reformulação. Tal noção, de que o GDE é relativamente inflexível não é nova, Moraes (2013) apontou isso em sua pesquisa, para a autora

A organização e o funcionamento do GDE não permitiram muita flexibilidade e o curso foi ofertado sempre dentro do mesmo formato em todos os municípios envolvidos, independente de suas condições locais. As dificuldades oriundas dessa organização única para ser implantada em realidades tão diversas foram sentidas durante toda a execução do GDE/Unimontes. (MORAES, 2013, p. 255)

Não apenas a dificuldade organizacional foi sentida na leitura da autora como também dos professores da Especialização em questão. Tal aspecto, porém, não é o único apontado pelo PPC reformulado e este talvez seja o ponto mais interessante nesse processo. Tratar da trajetória do curso como um dos fatores que indicaram a necessidade de reformulação do curso não só demonstra um processo positivo de autoavaliação, autopercepção do curso e de sua importância no contexto em que está inserido, como também fala sobre a compreensão da necessidade de “atualizar, complementar e potencializar”, conforme o próprio documento apontou. Esta reformulação é, ao mesmo tempo, um indicativo positivo desta Especialização enquanto um fruto direto do GDE, como também um movimento de “melhoramento”, de “superação” da política pública. Superação no sentido de durar para além dela, não de ser melhor do que ela. No sentido de ser um fruto que parte de determinado lugar, mas que alcança novos espaços de maneira mais independente e mais contextualizada e atenta às demandas tanto institucionais quanto da comunidade acadêmica.

Analisando a grade curricular da especialização, o projeto pedagógico do curso de 2017 era composto de doze disciplinas¹⁷ e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Monografia. Cada disciplina possuía carga horária de 30 h/a e para pensarmos as temáticas contempladas por cada uma das disciplinas exporemos seus títulos: Fundamentos sobre a temática indígena; Atividade Prática de Intervenção em Ambiente Educativo; Questões sobre história, mulheres e gênero; Tópicos de cultura social no século XX: o feminismo em debate; Desenvolvimento, Diversidade e Políticas Públicas; Educação e orientação sexual nas escolas; Educação e Homofobia; Tópicos Especiais em História e Cultura Africana e Afro-brasileira; Alteridade e Identidade; Tópicos Especiais em História(s) e Cultura (s) dos Povos Indígenas em Rondônia; Cultura, identidade, Representação e Metodologia Científica. Entendermos que tais disciplinas

¹⁷ As ementas das disciplinas constam no Anexo II.

se voltam exclusivamente para atenderem a demanda dos conteúdos contemplados pela política pública GDE, exposto anteriormente nesta dissertação.

A partir de 2023 entra em vigor uma nova proposta curricular dividida agora em cinco núcleos. O Núcleo I – Itinerários Reflexivos que são compostos de dois seminários obrigatórios de 15 h/a cada, intitulados: Seminário I (Tópicos Especiais em Gênero e Diversidade na Escola) e o Seminário II (Possibilidades Investigativas), que acontecem em dois momentos, no início para integrar os discentes e conhecer a estrutura didático-pedagógica e administrativa da Especialização e no final para socialização de experiências e apresentações de trabalhos.

O Núcleo II (Itinerário obrigatório) – Gênero, Diversidade e Educação composto pelos componentes curriculares: Perspectivas Teóricas em Diversidade; Epistemologias da Diferença; Métodos de Pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso/TCC que agora segue a tipologia de Memorial Descritivo. Observa-se que neste núcleo já é contemplado a proposta principal do GDE. Ressaltamos que em interlocução com o professor João Maurício a atitude de mudar o TCC de Monografia para Memorial Descritivo para além da necessidade de que maior número de discentes concluam a Especialização, também seja priorizado a trajetória de experiências ao longo da formação.

Os Núcleos III, IV e V são formados por Itinerário Flexíveis. Sendo o III – Sexualidade e Diversidade que contempla os componentes curriculares: Feminismos: Movimentos Teóricos e Políticos e Sexualidades, Identidades de Gênero e Educação. O IV – Etnicorraciais e seus componentes curriculares: Fundamentos da História Indígena; Tópicos Especiais em História(s) e Cultura(s) dos Povos Indígenas em Rondônia; Tópicos Especiais em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; Racismo Estrutural e Educação para a Diversidade; Interculturalidade e Educação. O V – Direitos Humanos, Relações Sociais e Questões Ambientais e seus componentes curriculares: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Educação; Sociedade, Exploração e Vertentes Praxiológicas; Classe, Sociedade e Consumismo; Territorialidades, Diversidade e Questões Ambientais; Medos, Corporeidades e Formas de Controle Social; Questões Geracionais e Educação; Educação Inclusiva e Exclusões na Educação; Artes e Diversidade em Contextos Educativos e Alteridade e Identidade: A Questão do Outro.

Destacamos que em relação aos itinerários flexíveis, na interlocução com o professor, ele afirmou que ao expor para as/os novas/os discentes a grade, elas/es ficaram muito confusas/os e relataram que gostariam de fazer todos. O que deixou a equipe feliz, ao passo que preocupada, já que não contavam com esta demanda e tão pouco, seja fácil resolver porque cada disciplina possui 30 h/a e a Especialização 360 h/a, disse ainda que estudariam a possibilidade

de abrir Seminários Temáticos para tentar solucionar a problemática surgida com a valorização dada pelas/os discentes aos Itinerários flexíveis.

Percebe-se que os itinerários flexíveis foram criados com intuito de possibilitar maiores reflexões sobre as temáticas contempladas na proposta primeira e ainda abranger novos diálogos e teorizações muito relevantes como: “Dimensões educativas referentes aos temas que envolvem os modos de ser, estar e agir no mundo”; “historicamente, os discursos religioso e científico justificaram, legitimaram e implementaram políticas racialistas e práticas eugênicas discriminatórias”; “Modalidades de ensino e diferença cultural: Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola. Práticas pedagógicas situadas, conhecimentos tradicionais e etnociências”; “Interseccionalidade entre as questões de classe, raça, geração, localização geográfica, gênero e sexualidade nas desigualdades sociais e nos sistemas de exploração”; “Liberalismo, neoliberalismo e consumismo enquanto premissas do “bem viver”. Relações entre cidadania, consumo e exploração socioambiental”; “Ecofeminismo. Sensibilização e educação ambiental”; “Tabus, objetificação, padronização, fetichismo, preconceito e controle social dos corpos. Ações de enfrentamento e resistência ao controle”; “Culturas infantis, juvenis e perspectivas sobre ancianidade. Ancestralidade e Educação. Aspectos culturais e a formação das comunidades” e “Singularidades de desenvolvimento. Acessibilidade e permanência no desenvolvimento educativo. Práticas pedagógicas para o atendimento de pessoas com deficiência” (Currículo atual, Turma/2023).

Percebe-se, contudo, que a reformulação curricular ficou muito melhor. Ampliaram os conceitos presentes na proposta anterior e incluíram novos com maior alcance da palavra diversidade alcançando inclusive a questão da inclusão, grande desafio para as professoras/es que, com pouca ou nenhuma formação, recebem uma demanda significativa de estudantes que precisam de atenção, respeito e cuidados específicos, amparados por Lei, não devidamente aplicada, resultando em um processo pouco ou falsamente inclusivo e ainda, a questão ambiental, tão presente na região e no Brasil, principalmente com o marco recorde de altas temperaturas registradas neste ano de 2023.

Outro ponto considerado relevante ser exposto é que no momento em que a equipe de professores se reuniram para pensar a reformulação do currículo, viram-se diante da tentadora alternativa de modificar a intitulação da Especialização e retirar a palavra que tanto causa preocupação entre os tradicionalistas que só de ouvirem falar de “gênero” temem a revolução que destruirá a sociedade brasileira.

Na interlocução com o professor João Maurício ficou evidente que a mudança atrairia mais público, indicativo positivo para a universidade, por outro lado, perderiam a autonomia

universitária ao render-se ao que querem os neoconservadores, pois a palavra gênero adquiriu sentido de resistência política em prol de uma sociedade mais inclusiva.

Esta política pública carrega uma potencialidade que vai contra os interesses dos que controlam e mantêm o poder centralizado nas mãos de poucos. Para eles a educação precisa ser controlada e um curso assim transforma olhares, atitudes e tende a ser extremamente potente na tomada de posicionamento diante das desigualdades que se consolidaram na sociedade brasileira. Dessa forma finalizamos este tópico trazendo Junqueira (2022) por entendermos sua importância diante do exposto até aqui:

Trata-se de uma estratégia reacionária que assume os contornos de uma “guerra cultural”, na qual, em meio a um formidável empenho persuasivo e intenso apelo a emoções, os/as missionários/as convocados/as a defender “a família” se perfilam por detrás de barricadas morais para disparar preconceitos e informações distorcidas, fantasiosas e alarmantes, demonizando o adversário e ensejando, em especial nas, nas escolas e nos espaços de deliberação pública, ambiências e rotinas de intolerância, ameaças e intimidações. Para alavancar a eficácia de seu discurso, essa estratégia requer investimentos na capacidade performativa da linguagem da autoridade, além de esforços retóricos contundentes em favor da renaturalização da ordem social e moral tradicional e da afirmação restritiva das normas de gênero (JUNQUEIRA, 2022, p. 225-226).

Para tanto exporemos dois depoimentos que entre tantos outros relevantes, escolhemos estes, para enfatizar a importância de trabalhar as temáticas contempladas por esta política pública:

O curso Gênero e Diversidade na Escola permite ir além da construção de conhecimentos. Quebra paradigmas socioculturais, possibilita novos olhares em relação às temáticas abordadas e avança além dos muros do ambiente educacional. Tenho certeza absoluta que a permanência e aperfeiçoamento do curso representam um mecanismo de luta contra as discriminações de gênero, étnica, religiosa, entre outras, bem como, um passo para o alcance de uma sociedade menos violenta, mais justa e igualitária. Torço por isso (CARRARA et al., 2011, p. 78-79).

Este depoimento é do tutor online Sérgio Lima dos Santos do GDE/UFAL que condiz com o que pensamos sobre a relevância de tal formação na construção de uma sociedade “menos violenta, mais justa e igualitária”. E reiteramos a nossa torcida!

Eu tinha uma grande resistência aos temas, especialmente da sexualidade e orientação sexual, pois quando tinha 9 anos, meu avô saiu de casa, deixou minha avó, para morar com um homem, na mesma rua da minha casa. A minha família ficou completamente desestruturada com este fato e eu tinha uma grande mágoa do meu avô que já morreu. O GDE me propiciou a oportunidade de compreender melhor a questão da homossexualidade e hoje, eu perdoo o meu avô (CARRARA et al., 2011, p. 84-85).

Já este depoimento extremamente sensível pertence a cursista de Paracambi/RJ, GDE/UERJ. Trazê-lo aqui é para evidenciar o quanto o conhecimento transforma e nos liberta

de preconceitos. Assim como é difícil entender sem a escuta é impossível desconstruir preconceitos sem reconhecê-los por meio do conhecimento. Sem aproximação é difícil amar!

Em seguida traremos uma breve apresentação da pesquisadora de algumas situações vivenciadas na aula inaugural da primeira turma e durante a efetividade da segunda turma que nos ajudar a consolidar alguns dados trazidos nesta dissertação.

4.3 Percepção e experiência

Trazer este relato subjetivo ao término da historização que fizemos sobre a política pública GDE percorrendo desde a gestação, extinção, retomada e/ou início na contramão do esperado é demonstrar que esta fala validará alguns dados apresentados nesta dissertação.

Desde a primeira turma a curiosidade e busca por ser parte integrante ocupou a mente da pesquisadora, no entanto, como não foi possível adentrar, organizaram uma equipe de sua escola Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, de Nova Brasilândia D'Oeste - RO para assistirem à aula inaugural da 1ª Turma. A energia naquele lugar era incrível. O auditório encontra-se lotado e a atenção era canalizada para não perder nenhum detalhe. Para além do aprendizado que advinha daquele espaço, havia um homem que se destacava entre os presentes por fazer anotações insistentemente. Parecia um discente dedicado, devotado aos registros. Todavia, ele era um frei da igreja católica muito determinado a registrar tudo o que podia daquela aula inaugural, que por ser aberta à comunidade não conferia nomes, tão pouco os interesses de estar ali. A sala cheia era a comprovação do quanto a Especialização em Gênero e Diversidade na escola atraiu olhares curiosos da sociedade local e circunvizinhas, não excluindo o campo religioso.

Na aula inaugural da segunda turma o sucesso é repetido e a sala mais uma vez estava cheia. Sorrisos, animações, orgulho, felicidade emanavam entre os presentes. Desta turma destacamos a diversidade existente: mais mulheres que homens, profissionais em grande parte da educação que variavam dentre as áreas de Ciências Humanas, Linguagens e Ciências da Natureza, Psicologia, Direito, Administração, um pastor, uma indígena/negra do grupo Puruborá e a forte predominância de negras/os entre os discentes.

No decorrer das aulas e das disciplinas estudadas os laços foram se estreitando entre as/os participantes da turma, a importância de cada um naquele espaço já era percebida tornando-o a cada aula mais rico de debates, exposições, entendimentos e também discordâncias. Vale destacar que a presença do colega pastor foi paulatinamente perdendo a centralidade dos olhares curiosos que buscavam entender o que ele realmente buscava ali e até

quando ele permaneceria entre os presentes. O fato é que ele foi se familiarizando de tal forma que os olhares a ele conduzidos havia perdido um pouco o tom de curiosidade e julgamento.

Na disciplina Tópicos Especiais em História(s) e Cultura(s) dos Povos Indígenas em Rondônia o professor Me. José Joaci Barboza conseguiu trazer para a aula a mãe da discente indígena, que por sinal era a Cacique do povo Puruborá, e residia no município de Seringueiras¹⁸– RO para uma conversa conosco. Foi uma noite memorável estar junto de uma “autoridade” indígena e ainda mulher, na verdade isso causou estranheza em todos os presentes que sempre pensaram a ideia de cacique na pessoa do homem indígena e lá estávamos diante de uma cacique mulher. Foi fantástico!

Sua fala naquela noite foi muito interessante e reveladora. Os olhares estavam atentos e um ponto chamou a atenção de todos. A cacique era casada com um seringueiro e foi “dada” a ele em recompensa ao trabalho produtivo executado e mantido enquanto seringueiro. Disse ainda que este processo era uma prática que consistia em dar uma prenda – mulher indígena para incentivar a produção. Se a produção não se mantivesse em alta, a prenda era tomada e dada a outro seringueiro. Ela relatou que tivera sorte, pois conseguiu permanecer com o seu marido. Ela o ajudava no trabalho para manter a produtividade sempre em alta para não ser doada a outro homem. Dizia “sorte” porque uma de suas irmãs fora comercializada a outros seringueiros porque o marido não conseguiu manter a produtividade como era exigida. Fato que para além da violência e exploração sexual, ainda restava a separação de familiares, impossibilitando os vínculos e o cultivo de suas culturas. Esta história dialoga com a pesquisa de Oliveira (2014) que expõem o comércio de mulheres na colonização da região amazônica.

Por mais que dados apontem inúmeras atrocidades ocorridas no processo de colonização do nosso país e isso é terrível, ouvir de alguém que vivenciou isso é repugnante. O uso do termo “sorte” utilizado por ela foi muito contraditório, visto que sorte de fato seria não ter sido submetida a tais violações de direito. O sentido da palavra sorte, no contexto utilizado pela Cacique remete à romantização do sofrimento, uma prática muito utilizada para criar consentimento de violências, uma vez que devemos aceitá-las com passividade, até porque “se está ruim, poderia ser bem pior” e/ou “têm sempre pessoas em situações piores que a nossa”.

Outra situação marcante foi quando uma colega disse ter sido chamada para uma entrevista de emprego de professora e que no decorrer da entrevista percebia que tudo caminhava para conseguir a vaga, porém, ao citar que estava cursando uma Especialização em Gênero e Diversidade na Escola o semblante de entusiasmo da entrevistadora se esvaiu quase

¹⁸ Município com pouco mais de 30 anos de emancipação política que fica a 150 km de Rolim de Moura, campus da Universidade, e a 90 km da cidade que resido, Nova Brasilândia D’Oeste.

que automaticamente. A entrevista fora bruscamente encurtada e ao se despedirem disse que entraria em contato caso fosse selecionada. Ligação esta que nunca viera.

Percebe-se com este fato o quanto é visível a rejeição que impera entre as pessoas sobre às questões de gênero e diversidade, mostrando quão eficiente é o discurso que impera por trás da famosa “ideologia de gênero”.

Porém, a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola e a política pública GDE têm propiciado reflexões e tensões positivas ao incomodar e chamar atenção para problemas sociais que perpassam a história do povo brasileiro, que mesmo em meio a contradições e paradoxos segue resistindo e lutando contra as desigualdades existentes.

A seguir apresentaremos nossas conclusões a cerca dessa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa dissertação de mestrado buscou compreender a relação paradoxal que ocorreu em Rondônia com a política pública GDE a partir da sua aplicabilidade primariamente via projeto piloto e posterior disponibilizada para todo o Brasil. Dessa forma, partiu-se da pergunta de pesquisa: que elementos constituem o paradoxo/descompasso da não oferta da política pública GDE em Rondônia, entre 2006 e 2016 - depois da participação no projeto-piloto - bem como, a reoferta, sem financiamento, quando essa política era extinta no contexto nacional?

Para tanto, atentamos apurar a hipótese de que houve um processo de resistência por parte dos professores universitários e da educação básica, especialmente no Campus de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia, pela abertura de novas turmas de Especialização em GDE como enfrentamento aos discursos da ideologia de gênero.

No intuito de responder à pergunta e avaliar a hipótese foram realizadas buscas de documentos nas secretarias de educação estadual e municipal do município de Porto Velho que indicassem a participação e/ou algum dado que nos ajudasse a entender o “motivo” da inexistência de outras formações ao longo de uma década.

Como a busca na capital não deu retornos suficientes para que pudéssemos afirmar a validade da hipótese, voltamos a atenção para a Fundação Universidade Federal Campus de Rolim de Moura na busca por entender o que moveu a criação de um Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola em contradição com o que se desenhava na esfera nacional. E para ampliar o processo de análise checamos documentos oficiais e trabalhos acadêmicos sobre GDE, dialogamos com o coordenador da Pós à época e obtivemos os seguintes achados.

A política pública GDE foi uma ferramenta bastante utilizada e por ser considerada relevante sofreu ampliações positivas que possibilitaram maior alcance, como é o caso da criação de um novo módulo Gênero e Diversidade no Espírito Santo, para pensar as questões de violências, principalmente de gênero, no estado; dois novos módulos: Gravidez na Adolescência e Participação Juvenil, no Rio de Janeiro; ampliação do curso para especialização no estado de Goiás, Rio de Janeiro e em Rondônia, seguindo uma trajetória totalmente controversa aos dois estados.

Uma conclusão a que chegamos tem a ver com a Especialização em Gênero e Diversidade ser a reoferta do GDE, porém de forma contraditória, pois ao ser perguntado na interlocução sobre o projeto piloto, o professor afirmou não saber da participação de Porto Velho, sendo assim, ofertar uma especialização com a temática GDE, sem financiamento, consolida um ato político de resistência muito concreto e importante, principalmente diante do

contexto histórico e social que se consolidava no Brasil à época e que elevou Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

Concluimos que apesar de não termos conseguido encontrar os “motivos” que conduziram a pausa de uma década sem aplicação dessa política pública, a nossa hipótese se aplicou. A criação da especialização continua em atividade e rendendo reflexões e aprendizados, enquanto em outros lugares as formações não mais aconteceram, posto o fim da política pública e ainda, a reformulação de sua proposta curricular ampliando conceitos importantes sobre a diversidade que compreende cada ser humano comprova um ato revolucionário de resistência.

Notamos que talvez devesse ter tido maior atenção, por parte dos organizadores, no acompanhamento dos municípios/estados/regiões que estavam recorrendo à política pública para levar esta formação a mais pessoas. O baixíssimo percentual que a Região Norte atingiu, deveria ter sido um motivo relevante para conferir o porquê desse dado. Como não tivemos êxito na busca nas secretarias do município de Porto Velho e do estado, buscamos insistentemente nos documentos oficiais do GDE algo que indicassem que Porto Velho não foi só um dos seis municípios contemplado no projeto piloto, mas nada além disso foi encontrado.

E assim encerramos este trabalho afirmando que esta dissertação é uma comprovação de que a extinção da política pública não freou a dimensão que ela atingiu ao ser posta em prática. E que o trabalho não se encerra por aqui, existe espaço para ampliação da investigação e o desenvolvimento de novos que busquem trabalhar especificamente com as questões que por não serem o objetivo principal desta pesquisa não desenvolvemos extensivamente.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2017/05/escolasempartido_miolo.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.
- ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022.** Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratório em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha d'Água**, n. 25 (1), p. 87-107, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/37369/40090/43907>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019.
- ASSUMPCÃO, Andreia dos Santos Barreto Monsore de. **Educação para a igualdade na perspectiva de gênero.** Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 154. 2012.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014.
- BARATA, Germana. Ainda há muito espaço para mulheres e meninas na ciência e tecnologia. **Unicamp**, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/02/11/ainda-ha-muito-espaco-para-mulheres-e-meninas-na-ciencia-e-tecnologia>. Acesso em: 27 maio 2023.
- BARRETO, Andreia. Dados estatísticos: o projeto em números. In: PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabíola. et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (org.). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida.** 2. ed. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1967.

BORTOLINI, Alexandre. **Falar de gênero para construir a democracia**: o ciclo da política educacional em gênero e diversidade sexual (2003-2018). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 333. 2022.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Temas Transversais - Orientação Sexual. In: BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC\SEF, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-pnpm>. Acesso em: 24 out. 2023.

BUENO, Samira [et al] (org.). **Visível e Invisível**: A vitimização de Mulheres no Brasil. 3. ed. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. Caderno CRH, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021.

CARLOS, Jeferson; FERREIRA, Ana Cláudia. MP divulga livros didáticos proibidos em escolas por ter união entre gays. **G1**, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/mp-divulga-livros-didaticos-proibidos-em-escolas-por-ter-uniao-entre-gays.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARRARA, Sérgio. et al. (org). **Gênero e Diversidade na Escola**: Trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

CARRARA, Sérgio; NASCIMENTO, Marcos. et al. (org). **Gênero e Diversidade na Escola**: Avaliação de Processos, Resultados, Impactos e Projeções. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/GDE_Relatorio-10-02-2017.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

CEDARO, José Juliano; VILAS BOAS, Luana Michele da Silva; MARTINS, Renata Moreno. Adolescência e Sexualidade: um estudo exploratório em uma escola de Porto Velho – RO. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2012, 32 (2), 320-339. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PcLR5TbvBd5qLzPP8RGcCdC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CERQUEIRA, Rosilene Souza Gomes de. **Educação em sexualidade na escola**: entre a normalização e a perspectiva dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 150. 2012.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. O STF e a inconstitucionalidade do “Escola Sem Partido”. **Consultor Jurídico**, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

COSTA, Ana Paula. **Mulheres e professoras em formação**: relatos oferecidos durante um dos cursos de Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 173. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2023.

CRUZ, Thalles do Amaral de Souza. **“Olha, eu fiz o GDE, meu bem!”**: uma análise da capilaridade da política pública curricular do curso Gênero e Diversidade na Escola. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 263. 2019.

DORNELES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana. Uma análise generificada sobre o projeto Gênero e Diversidade na Escola. 226 **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 226-243, jul./set. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/C33hrCS8zqpzJCmxCdK3tvQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DUARTE; Natalia de Souza. Desafios da escola pública frente à militarização e criminalização da pobreza. In: MACIEL, Carina Elisabeth; DUARTE, Natalia; SIQUEIRA, Romilson. **Políticas educacionais**: Resistência e retomada da democracia e do Estado. Brasília: Anpae, 2023.

ESPECIALIZAÇÃO GDE. Currículo 2017-2020. **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Disponível em: <https://especializacaogde.unir.br/pagina/exibir/20149>. Acesso em: 20 out. 2022.

ESPECIALIZAÇÃO GDE. Currículo Atual (a partir de 2023). **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Disponível em: <https://especializacaogde.unir.br/pagina/exibir/20150>. Acesso em: 20 out. 2022.

ESPECIALIZAÇÃO GDE. Projeto Político Pedagógico do Curso, Rolim de Moura, 2021. Disponível em: [https://especializacaogde.unir.br/uploads/26262626/REFORMULADO.%20PPC%20EGDE%20\(2\).pdf](https://especializacaogde.unir.br/uploads/26262626/REFORMULADO.%20PPC%20EGDE%20(2).pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

Estatísticas justificam ação contra sub-representação feminina na magistratura, afirmam especialistas. JUSTIÇA FEDERAL TRF2, 18 nov. 2022. Disponível em:

<https://www10.trf2.jus.br/portal/estatisticas-justificam-acao-contra-sub-representacao-feminina-na-magistratura-afirmam-especialistas/#:~:text=Embora%20sejam%20mais%20da%20metade,apenas%2038%25%20da%20magistratura%20brasileira.> Acesso em: 20 maio 2023.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Pâmela; BERNARDI, Marco; CÍCERA, Sara. Pais acionam MP para proibir livro escolar com desenho de pênis em Rondônia. **G1**, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-ro-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2022.

FERNANDES, Robson Ferreira. **Entre resistência democrática e ofensiva conservadora: fontes e subjetividades do projeto “Gênero E Diversidade na Escola” (2015-2016)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 132. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: online. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FREIRE, Nilcéa; HADDAD, Fernando; RIBEIRO, Matilde. Construindo uma política de Educação em Gênero e Diversidade. In: PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabíola. et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, Osmar Arruda. **Marcas da experiência na formação docente em gênero e diversidade sexual**, um olhar sobre o curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 162. 2015.

GESSER, Marivete; MARTINS, Reginaldo Medeiros. Contribuições de um Programa de Formação de Professores para a Educação Inclusiva. **Paidéia**, Ribeirão Preto, Vol. 29, e2907. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/v9K5FDJHtP3wcVN78KPmVBb/?format=pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1991.

GOMES, Lourdes Aparecida Tose. **Trajetórias reconstruídas à luz da homossexualidade: aceitação e reconhecimento entre familiares**. Monografia (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Rolim de Moura. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas para a diversidade. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-22, jan./jun. 2017,

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GRÖSZ, Dirce Margarete. **Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 154. 2008.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, 22, p. 201-246. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkJRgkCBfnpY7qgHmzYCgd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2023.

HEILBORN, Maria Luzia; CARRARA, Sergio. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. In: PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabíola. et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714#n1/all/n2/all/n3/all/v/all/p/all/d/v614%202/1/v,p,t/resultado>. Acesso em: 01 dez. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIMA, Júlio César França (org.). Dicionário de empresas, grupos econômicos e financeirização na saúde. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

LIMA, Tatiane de Lucena. **Currículo, Gênero e Formação**: uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 207. 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)**. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MADSEN, Nina. **Ações disruptivas e espaços de transformação social na educação escolar brasileira**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MEIRELLES, Rejane da Conceição. **Gênero na política educacional: uma análise do curso GDE 2006-2010**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Soropédica, p. 79. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

MORAES, Emília Murta. **Gênero e Diversidade na Escola (GDE): da elaboração da política pública às recontextualizações produzidas na prática de formação docente**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 289. 2013.

MOSTAFA, Maria. **Professores na encruzilhada entre o público e o privado: o curso gênero e diversidade na escola**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 128. 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Alynne. 4 perguntas e respostas sobre a identidade de gênero nas escolas e o caso de Ariquemes-RO. **Ferreira Nunes**, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://ferreiranunesadvocacia.com.br/4-perguntas-e-respostas-sobre-identidade-de-genero-nas-escolas-e-o-caso-de-ariquemes-ro/#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20deste%20ano%2C%20o,e%20m%C3%A9todos%20prereservativos%5B1%5D>. Acesso em: 19 out. 2022.

NUNES, Ednalva Macedo. **Gênero e Diversidade na Escola: limites e possibilidades na formação de professores/as**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, p. 153. 2015.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea**. 2014, 340f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

OLTRAMARI, Leandro Castro; GESSER, Marivete. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 27(3): e57772. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7NRw4t9r8gz9fmCdbjh9YLD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PAZ, Cláudia Denis Alves da. “**Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos**”: desafios da formação continuada em gênero e sexualidade. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 221. 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese (Doutorado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, p. 306, 2013.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, capitalismo digital e política social. In: MACIEL, Carina Elisabeth; DUARTE, Natalia; SIQUEIRA, Romilson. **Políticas educacionais: Resistência e retomada da democracia e do Estado**. Brasília: Anpae, 2023.

PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabíola. et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PEREIRA, Maria Elisabete; BRANDT, Maria Elisa. A efetivação de parcerias necessárias à construção de uma política de educação em gênero e diversidade. In: PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabíola. et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PRATES, Vinícius. As deputadas que votaram contra o projeto de igualdade salarial. **Correio Braziliense**, 05 maio 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5092493-as-deputadas-que-votaram-contr-o-projeto-de-igualdade-salarial.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

RAMOS, Leonardo de Miranda. “**O GDE mudou minha vida!**”: Subjetividades na constituição de redes de resistência entre professoras egressas do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 167. 2020.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia: Desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.157-174 jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/XvTZcNdBGZtFyMgF46Pr5rF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2023.

ROHDEN, Fabíola; ARAÚJO, Leila. Desafios do Projeto Gênero e Diversidade na Escola. In: PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabíola. et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ROSA, Ana Cristina Batista de Souza. **Ressignificações das aprendizagens de gênero de educadores/as no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 89. 2016.

SANTANA, Amanda de Oliveira. **O Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE): uma perspectiva emancipadora pela igualdade de diferenças**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, p. 97. 2020.

SANTOS, George Madson Dias Santos. **Mulheres ribeirinhas de São Carlos do Jamari/Rondônia: da vida passada às perspectivas de futuro**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 73. 2016.

SANTOS, Juliana de Jesus. **(RE)Pensando o trabalho docente e a formação continuada de professores/as: o curso Gênero e Diversidade na Escola**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, p. 149. 2013.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata *et al.* Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. **Linhas Críticas**, v.27, 2021, e-, p.1-22. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35543/30291>. Acesso em 03 dez. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SEMESP. Mapa do Ensino Superior 13ª Edição. 2023. **Instituto SEMESP**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-13/regioes/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SENADO NOTÍCIAS. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**, 28 dezembro 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SILVA, Erineusa Maria da. **O movimento pedagógico de gênero nas escolas: O que e como fazem as professoras?** Curitiba: Appris Editora, 2021. (e-book).

SILVA, Erineusa Maria da. **Os movimentos das professoras da educação básica do Espírito Santo em face às políticas públicas de gênero para a educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 235. 2017.

SILVA, Erineusa Maria da; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e200235, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/JfCJLdQK3ZyvWwW8MFrT4Vf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Lucia Rejane gomes da. **Sexualidade e Orientação Sexual na formação de professores**: uma análise da política educacional. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, p. 164. 2010.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 333. 2015.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TEIXEIRA, Fabiane Lopes. **Gênero e Diversidade na Escola – GDE**: investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 154. 2014.

TSE Mulheres: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. **TSE**, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em 27 maio 2023.

VASCONCELOS, Maria Nazareth Moreira. **Relações de Gênero, Interseccionalidades e Formação Docente**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 182. 2018.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/rW3yDdWmBRDBH89DvFTRbxG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2023.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: CARREIRA, Denise et. al. **Gênero e Educação**: Fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/ECOS/Geledés /FCC, 2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf. Acesso em: 15 out. 2022

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p.77-104. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/490/494>. Acesso em: 09 out. 2022.

WERLE, Flávia. Pós-graduação e suas interlocuções com a Educação Básica. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 424-433, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11939/8400>. Acesso em: 29 nov. 2023.

YANNOULAS, Silvia C. (coord.). **Trabalhadoras** - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. 1 ed. Brasília: Abaré, 2013.

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. **Debate Público: Reflexión de Trabajo Social**, ano 11, n. 21, jul. 2021. Disponível em: http://trabajosocial sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/11_Yannoulas.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

ANEXO I – Produções Científicas localizadas sobre GDE (Brasil, 2006 – 2023)

		Resumo
Título	Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares	A pesquisa objetivou analisar o lugar que ocupam as questões de gênero e da sexualidade na trajetória pessoal, profissional e nas práticas escolares de docentes egressos/as do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), no estado do Maranhão. São discutidas questões de gênero e sexualidade estudadas (ou não) nos cursos de licenciatura realizados pelos colaboradores/as do estudo, bem como outras questões acerca da temática. Por fim são apresentados e analisados os impactos do curso nas trajetórias percorridas pelos/as professores/as colaboradores/as deste estudo, destacando-se alguns dos obstáculos encontrados no caminho, bem como as identificações e achados nos seus percursos.
Autoria	Sirlene Mota Pinheiro da Silva	
Ano/Naturaleza	2015 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - USP	
Local/Período Analisado	Maranhão - 2009/10	
		Resumo
Título	“Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos”: desafios da formação continuada em gênero e sexualidade	O trabalho não analisa apenas o GDE, mas diversos cursos de formação continuada para profissionais de educação da rede pública de ensino do Distrito Federal nas temáticas de gênero e sexualidade com o objetivo de refletir sobre possibilidades de mudanças no trabalho pedagógico. A análise dos dados possibilitou perceber a predominância do argumento de que é preciso que as escolas possuam um/a especialista que trate das questões de gênero e sexualidades, uma vez que as/os professores/as não conseguem lidar com as temáticas. A necessidade de formação, tanto inicial quanto continuada, nas áreas de gênero e sexualidades foi constatada neste estudo.
Autoria	Cláudia Denis Alves da Paz	
Ano/Naturaleza	2014 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - UnB	
Local/Período Analisado	Brasília - Não se Aplica	
		Resumo
Título	Falar de gênero para construir a democracia: o ciclo da política educacional em gênero e diversidade sexual (2003-2018)	O GDE é um dos documentos analisados no trabalho que analisa o ciclo de desenvolvimento da política educacional em gênero e diversidade sexual desenvolvida no Brasil entre 2003 e 2018. a pesquisa investiga tanto sua produção quanto a sistemática reação que se lançou sobre ela, buscando compreender o lugar do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas nos processos recentes de construção e desconstrução da democracia brasileira. Ao final, apontam-se indícios de como o debate em torno de questões de gênero e sexualidade na escola, em uma perspectiva da diversidade e dos direitos humanos,
Autoria	Alexandre Bortolini	
Ano/Naturaleza	2022 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - USP	

Local/Período Analisado	Brasil - 2003/18	é fundamental para a construção da democracia no Brasil.
Resumo		
Título	Gênero e diversidade na escola - GDE: Investigando narrativas de profissionais da educação sobre diversidade sexual e de gênero no espaço escolar.	A tese investiga narrativas de profissionais da educação sobre diversidade de gênero e sexual no espaço da escola, a partir do GDE. Entende que os sujeitos narram os seus entendimentos sobre as diversidades sexuais e de gênero no espaço da escola, a partir da interpelação dos discursos das instituições sociais pelas quais transitam. A partir daí, problematiza que as representações sobre a sexualidade, construídas historicamente e atravessadas por relações de poder e saber, produzem as relações de distinção social, que incidem na fabricação dos sujeitos considerados normais e anormais.
Autoria	Fabiane Lopes Teixeira	
Ano/Naturaleza	2014 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - UFPel	
Local/Período Analisado	Rio Grande do Sul - 2009/10	
Resumo		
Título	Gênero e diversidade na escola (GDE): da elaboração da política pública às recontextualizações produzidas na prática de formação docente	Este trabalho analisa a implementação do GDE no campo da formação de educadores/as para a diversidade realizado junto às/aos professores/as da educação básica. O objetivo geral foi analisar as recontextualizações construídas pelos/as educadores/as participantes do curso. Verificou-se, entre a maioria dos/as cursistas, a solidificação de preconceitos já existentes. No entanto, observou-se também, por parte de alguns/mas, o início da desconstrução de algumas “verdades” consolidadas, fato considerado essencial para a busca de uma educação multiculturalmente comprometida.
Autoria	Emília Murta Moraes	
Ano/Naturaleza	2013 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - UFMG	
Local/Período Analisado	Minas Gerais - 2009/10	
Resumo		
Título	Mulheres e professoras em formação: relatos oferecidos durante um dos cursos de Gênero e Diversidade na Escola (GDE)	O objetivo desta tese foi investigar as possíveis influências do curso semipresencial GDE na compreensão de seis professoras de Ensino Fundamental da rede municipal de São José do Rio Preto (SP) sobre os significados do que pode estar associado às diferentes formas de ser mulher e ser professora, sob a ótica das relações de gênero. De modo geral, para essas professoras, o GDE se apresentou como um curso inovador, pois as fez estranhar, questionar e confrontar a visão essencialista que possuíam sobre a sexualidade e
Autoria	Ana Paula Costa	
Ano/Naturaleza	2017 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - USP	

Local/Período Analisado	São Paulo - 2009	as relações de gênero. Todavia, as participantes relatam vários obstáculos tanto em suas vidas pessoais quanto no âmbito escolar que dificultam a efetivação do que aprenderam durante o curso. Tais obstáculos demonstram a força dos processos de socialização, bem como alguns aspectos que ainda precisam ser pensados e revisados em relação aos cursos que visam auxiliar o(a) professor(a) ao longo de seu desenvolvimento profissional docente.
		Resumo
Título	Olha, eu fiz o GDE, meu bem! : uma análise da capilaridade da política pública curricular no curso Gênero e Diversidade na Escola	O trabalho analisa o GDE com o objetivo de afirmar a potencialidade de políticas públicas curriculares capilares como esta na desconstrução de regimes de verdades discriminatórios e excludentes. A análise evidenciou que mesmo sob forte ataque conservador a este tipo de política na educação nos últimos anos, o GDE, enquanto existiu, capilarizou-se em todas as suas fases, e seus objetivos diante das pessoas que se envolveram com o curso foram, em grande parte, alcançados.
Autoria	Thalles do Amaral de Souza Cruz	
Ano/Naturaleza	2019 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - UERJ	
Local/Período Analisado	Não se Aplica	
		Resumo
Título	Os movimentos das professoras da educação básica do Espírito Santo em face às políticas públicas de gênero para a educação	O trabalho objetiva analisar os movimentos das professoras na constituição das políticas de gênero para a educação e também o seu exercício de implantação no interior das escolas de educação básica do Espírito Santo. O estudo conclui que o avanço das políticas públicas no período estudado e o agir das professoras, seja de forma otimista-articulada, seja silenciosa-individual, indicam estar ocorrendo um movimento pedagógico de gênero nas escolas que, apesar de emergir de uma empatia dessas professoras em relação ao tema, foi potencializado pela política pública GDE.
Autoria	Erineusa Maria da Silva	
Ano/Naturaleza	2017 - Tese	
Área/PPG/IES	Educação - UFES	
Local/Período Analisado	Espírito Santo - 2011/14	
		Resumo
Título	(Re) pensando o trabalho docente e a formação continuada de professores/as: o curso gênero e diversidade na escola	A dissertação explora as mudanças no trabalho dos professores no século XXI, focando na formação contínua. Examina como essa formação flexibiliza o trabalho docente e destaca o papel do Estado nesse processo. A pesquisa foi feita com alunos do curso de Especialização em GDE da UFG e ressalta os desafios enfrentados pelos professores,
Autoria	Juliana de Jesus Santos	

Ano/Natur eza	2012 - Dissertação	que lidam com demandas crescentes e constantes mudanças na escola devido a novas temáticas e tecnologias.
Área/PPG/ IES	Geografia - UFG	
Local/Perí odo Analisado	Goiás - 2011/12	
		Resumo
Título	Entre resistência democrática e ofensiva conservadora: fontes e subjetividades do projeto 'Gênero e Diversidade na Escola' (2015-2016)	A dissertação discute a importância dos temas de gênero e diversidade na escola, especialmente nas aulas de História na Educação Básica. Explora o Projeto "Gênero e Diversidade na Escola", relacionando-o com uma escola específica durante 2015 e 2016. Destaca a influência dos estudos de gênero e sexualidades no Ensino de História, considerando os marcos legais da Educação no Brasil. Aponta a persistência de segregação e normatização dos papéis de gênero na escola, enfatizando a necessidade de conscientizar alunos, professores e pais sobre essas questões para contribuir com a formação humana integral. Utiliza a pesquisa-ação e propõe um vídeo reflexivo sobre o projeto estudado na escola.
Autoria	Robson Ferreira Fernandes	
Ano/Natur eza	2021 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Ensino de História - UFSC	
Local/Perí odo Analisado	Santa Catarina - 2015/16	
		Resumo
Título	Gênero e Diversidade na Escola: limites e possibilidades na formação de professores(as).	A pesquisa analisa os significados de gênero e sexualidade nos fóruns online do curso de formação continuada GDE. Destaca como o curso, por meio da Educação a Distância, ajuda educadores a discutir temas para criar ambientes escolares mais inclusivos. Fundamentada no construcionismo social, a pesquisa revela que gênero e sexualidade ainda são vistos com preconceitos e estereótipos, considerados polêmicos no dia a dia das pessoas.
Autoria	Ednalva Macedo Nunes	
Ano/Natur eza	2015 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Psicologia - PUC/Goiás	
Local/Perí odo Analisado	Goiás - 2010/12	
		Resumo
Título	Gênero na política educacional: uma análise do curso GDE 2006-2010	A dissertação analisa a Política Pública GDE entre 2006 e 2010, focando na presença e tratamento de questões de gênero e diversidade nos livros didáticos do programa. Inicialmente, contextualiza o GDE no cenário político brasileiro e explora sua origem e participantes. Em seguida, analisa o material didático para compreender as concepções presentes e seu impacto na formação dos professores. Por fim, examina a questão dos direitos humanos no GDE, utilizando a perspectiva de Foucault para entender os elementos
Autoria	Rejane da Conceição Meirelles	
Ano/Natur eza	2017 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Ciências Humanas e Sociais - UFRRJ	
Local/Perí odo Analisado	Brasil - 2006/2010	

		envolvidos na implementação e suas consequências.
		Resumo
Título	Marcas da experiência na formação docente em gênero e diversidade sexual: um olhar sobre o curso "Gênero e diversidade na escola" (GDE)	A dissertação de mestrado analisou as experiências em gênero e diversidade sexual de professores que participaram do curso GDE. O estudo buscou compreender o comprometimento desses professores em quebrar o silenciamento desses temas na sociedade e na educação. Foi realizado um exame do curso oferecido pela UNESP em Jaú, São Paulo, entre 2009 e 2010, analisando discussões em fóruns e materiais entregues por 30 professores-cursistas. Concluiu-se que o GDE impulsiona reflexões sobre gênero e diversidade sexual, podendo iniciar mudanças nas práticas escolares relacionadas a essas questões.
Autoria	Osmar Arruda Garcia	
Ano/Natur eza	2015 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Educação - USP	
Local/Perí odo Analisado	São Paulo - 2009/10	
		Resumo
Título	O curso de especialização em gênero e diversidade na escola (GDE) : uma perspectiva emancipadora pela igualdade de diferenças	O estudo busca compreender os impactos da formação continuada de ex-alunos do curso de especialização em GDE, que agora são professores na rede pública e privada do interior de Mato Grosso. Utilizando entrevistas em profundidade buscou entender os fenômenos sociais através do diálogo igualitário entre os sujeitos. O estudo adota o conceito de "unidade na diversidade" de Freire, defendendo uma educação igualitária por meio da diversidade, valorizando a igualdade entre diferentes. A análise dos dados é organizada em dimensões excludoras e transformadoras.
Autoria	Amanda de Oliveira Santana	
Ano/Natur eza	2020 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Educação - UFMT	
Local/Perí odo Analisado	Mato Grosso - 2014/15	
		Resumo
Título	O GDE mudou a minha vida!: subjetividades na constituição de redes de resistência entre professoras egressas do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola em Santa Catarina	O estudo analisou os efeitos da especialização em GDE especialmente no ambiente escolar. A pesquisa investigou os impactos da terceira edição do curso na UFSC (2015-2017) na vida pessoal e profissional dos participantes. Com base na teoria antropológica, o estudo refletiu sobre como os participantes aplicaram os conceitos do curso em suas vidas. Constatou-se que houve um impacto significativo nas práticas profissionais dos participantes, especialmente no enfrentamento de situações de violência e abuso no ambiente
Autoria	Leonardo de Miranda Ramos	

Ano/Natur eza	2020 - Dissertação	escolar, possibilitando ações bem-sucedidas na resolução desses conflitos.
Área/PPG/ IES	Antropologia Social - UFSC	
Local/Perí odo Analisado	Santa Catarina - 2015/17	
		Resumo
Título	Professores na encruzilhada entre o público e o privado: o curso gênero e diversidade na escola	A pesquisa analisa conflitos de valores em uma política pública para diversidade escolar. Examina o curso piloto do GDE de 2006. A pesquisa utiliza relatos de cursistas e professores online nos fóruns de discussão do curso. Identifica um conflito de valores especialmente nas discussões sobre sexualidade, onde os valores promovidos pelo curso se confrontam com os valores dos participantes. Esse conflito foi mais evidente em comparação com os temas de gênero e raça, que fluíram com menos obstáculos. O curso promoveu uma concepção de sexualidade baseada nas ciências sociais, enquanto os cursistas adotavam uma visão mais tradicional e moralista da ciência.
Autoria	Maria Mostafa	
Ano/Natur eza	2009 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Saúde Coletiva - UERJ	
Local/Perí odo Analisado	Brasil - 2006	
		Resumo
Título	Relações de gênero, interseccionalidades e formação docente	A pesquisa não analisa o GDE diretamente, porém a autora é egressa do curso e o cita como momento importante de sua formação e da formação sobre gênero e diversidade no país. O trabalho em si consiste na análise de dados produzidos em encontros formativos com profissionais de duas escolas de São Paulo. Os resultados mostram que uma formação dessa natureza pode promover mudanças significativas no discurso e no combate aos preconceitos. E também que é necessário oferecer uma formação que se foque mais em vivência de atividades concretas e não somente discussões de ideias.
Autoria	Maria Nazareth Moreira Vasconcelos	
Ano/Natur eza	2018 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Educação - PUC/São Paulo	
Local/Perí odo Analisado	Não se aplica	
		Resumo
Título	Ressignificações das aprendizagens de gênero de educadores/as no curso de especialização em gênero e diversidade na escola	O objetivo foi investigar as aprendizagens de gênero dos/as cursistas do GDE/Especialização ao longo da vida e ao término da disciplina Gênero e as possibilidades de resignificação propiciadas pelo curso por meio da análise de conteúdos dos textos escritos para as atividades do Módulo Gênero. Os resultados mostram uma contribuição significativa para que os/as docentes ressignificassem suas aprendizagens e buscassem desenvolver práticas pedagógicas que promovam relações de gênero mais equânimes, e o respeito à
Autoria	Ana Cristina Batista de Souza	
Ano/Natur eza	2016 - Dissertação	
Área/PPG/ IES	Educação - UFPB	

Local/Período Analisado	2014 - Paraíba	diversidade na escola. A pesquisa contribui para visibilizar os impactos de uma formação docente continuada na temática de gênero, para a produção acadêmica nessa área de estudo e para a avaliação do próprio curso GDE, que vem sendo realizado em vários estados em anos recentes no Brasil.
		Resumo
Título	Educação para a igualdade na perspectiva de gênero	A pesquisa analisa o projeto piloto do GDE e tem como principal objetivo refletir sobre as questões de gênero e diversidade nas políticas públicas de educação no Brasil. O propósito foi analisar o esforço investido em mudanças no processo de formação básica, que buscam tornar a escola um lugar mais igualitário, preparado para cumprir seu papel na formação de sujeitos para o exercício da cidadania. Também foi finalidade da pesquisa captar a percepção dos educadores em face desse esforço.
Autoria	Andreia dos Santos Barreto Monsorens de Assumpção	
Ano/Naturaleza	2012 - Dissertação	
Área/PPG/IES	História, Política e Bens Culturais - FGV	
Local/Período Analisado	Brasil - 2006	
Título	Educação em sexualidade na escola: entre a normalização e a perspectiva dos direitos humanos.	A dissertação busca analisar os discursos e práticas sobre educação em sexualidade que se produzem contemporaneamente e que têm a escola como locus mediante o estudo de caso do Curso GDE oferecido no Rio de Janeiro em 2010. A partir da análise das políticas públicas e dos discursos dos professores sobre sexualidade, considera-se que a escola se constitui como instância comprometida com uma perspectiva normalizadora. A construção da perspectiva dos direitos humanos presente na proposição da maior parte das políticas contemporâneas é considerada um projeto ainda a ser realizado, tanto pela problematização dos aspectos normalizadores que elas mesmas contêm quanto a partir de iniciativas de formação de professores numa perspectiva crítica e dialógica.
Autoria	Rosilene Souza Gomes Cerqueira	
Ano/Naturaleza	2012 - Dissertação	
Área/PPG/IES	Saúde Coletiva - UERJ	
Local/Período Analisado	Rio de Janeiro - 2010	
		Resumo
Título	Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores	A pesquisa busca analisar as representações de gênero no cotidiano de professoras e professores que participaram, no ano de 2006, do curso GDE. Buscou-se analisar as representações sobre papéis
Autoria	Dirce Margarete Grösz	

Ano/Natur eza	2008 - Dissertação	sociais atribuídos a homens e mulheres e como estas representações são constituídas e, por último, verificar como a temática de gênero é trabalhada no cotidiano escolar. Constatou que a noção de gênero varia de algo construído socialmente a um modelo fixo e que as práticas escolares tocam no assunto de forma pouco uniforme ou frequente, como por exemplo, por meio de palestras e projetos pontuais.
Área/PPG/ IES	Educação - UnB	
Local/Perí odo Analisado	Brasil - 2006	
Resumo		
Título	Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor	O artigo apresenta a experiência piloto do GDE. O curso, ocorrido entre maio e setembro de 2006, teve como público-alvo professores/as do ensino fundamental em seis municípios da rede pública e seu objetivo primordial foi ampliar a compreensão sobre a dinâmica dos processos de discriminação na sociedade brasileira, especificamente o racismo, o sexismo e a homofobia, possibilitando o fortalecimento de ações de combate a essas discriminações.
Autoria	Fabíola Rohden	
Ano/Natur eza	2009 - Artigo	
Área/PPG/ IES	Formação de Professores	
Local/Perí odo Analisado	Brasil - 2006	
Resumo		
Título	Uma análise generificada sobre o projeto Gênero e Diversidade na Escola	O artigo discute a partir dos estudos feministas e em uma perspectiva pós-estruturalista como são acionados conceitual e metodologicamente os conceitos de gênero e diversidade em quatro documentos norteadores do GDE.
Autoria	Priscila Gomes Dornelles e Ileana Wenez	
Ano/Natur eza	2019 - Artigo	
Área/PPG/ IES	Formação de Professores	
Local/Perí odo Analisado	Não se aplica	
Resumo		
Título	Contribuições de um Programa de Formação de Professores para a Educação Inclusiva	O artigo teve como objetivo identificar as contribuições da disciplina “Deficiências e Inclusão” do Curso de Especialização em GDE para a promoção de processos educativos inclusivos às pessoas com deficiência na educação básica. Os resultados indicaram que houve mudança na concepção sobre a deficiência – de predominantemente fundamentada nas concepções caritativa/assistencial e/ou biomédica para mais em consonância com o Modelo Social da Deficiência e com os preceitos
Autoria	Marivete Gesser e Reginaldo Medeiros Martins	
Ano/Natur eza	2019 - Artigo	
Área/PPG/ IES	Formação de Professores	

Local/Período Analisado	Santa Catarina - Não apresenta	da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Além disso, os conhecimentos obtidos pelos participantes contribuíram para a construção de estratégias pedagógicas mais voltadas à inclusão das pessoas com deficiência considerando suas especificidades.
		Resumo
Título	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	O objetivo do trabalho foi o de identificar as contribuições do curso de Formação de Professores em GDE para os profissionais da educação básica. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. Os resultados mostraram que o curso contribuiu para: a aquisição de conhecimentos sobre os marcadores sociais das diferenças e compreensão desses como sociais e políticos; o reconhecimento e posicionamento das participantes como feministas; a ressignificação de experiências profissionais e de vida relacionadas às temáticas do GDE. As entrevistadas destacaram a relevância de temas como gênero, sexualidade, raça, geração, religião e deficiência na formação de professores.
Autoria	Leandro Castro Oltramari e Marivete Gesser	
Ano/Natureza	2019 - Artigo	
Área/PPG/IES	Formação de Professores	
Local/Período Analisado	Santa Catarina - Não apresenta	
		Resumo
Título	Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios	A pesquisa analisou a influência do curso GDE sobre a abordagem das temáticas gênero e sexualidade na prática pedagógica de 12 professores/as de Ciências do Ensino Fundamental no Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, e a partir de entrevistas semiestruturadas constatou-se que o curso contribuiu para ampliar a visão dos/as docentes acerca da construção sociocultural das identidades sexuais e de gênero, e subsidiou a implementação de atividades sobre o tema no contexto escolar. Conclui-se que inserir o tema em sala de aula depende quase que exclusivamente da disposição pessoal do/a professor/a em enfrentar todas as adversidades na afirmação dos direitos de igualdade.
Autoria	Zilene Pereira Soarse e Simone Souza Monteiro	
Ano/Natureza	2019 - Artigo	
Área/PPG/IES	Formação de Professores	
Local/Período Analisado	Rio de Janeiro - Não Apresenta	
		Resumo
Título	Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola	O artigo visa compreender como as professoras de educação básica no estado do Espírito Santo influenciam e implementam políticas de gênero nas escolas. Examina as ações pedagógicas das professoras e como organizam seu trabalho,

Autoria	Erineusa Maria da Silva e Eliza Bartolozzi Ferreira	considerando obstáculos como condições precárias, cultura patriarcal e estrutura fragmentada do ensino. Apesar dessas dificuldades, sugere que as professoras estão realizando ações para desafiar as desigualdades de gênero. Argumenta que essas ações indicam um movimento educacional de gênero em andamento nas escolas. Conclui que, apesar dos desafios, políticas públicas e o trabalho das professoras indicam um movimento em direção a uma abordagem mais inclusiva de gênero nas escolas, amplificado pela política pública do curso GDE.
Ano/Natur eza	2019 - Artigo	
Área/PPG/ IES	Política Educacional	
Local/Perí odo Analisado	Espírito Santo - 2011/14	

ANEXO II – Grade Curricular da Especialização em GDE da UNIR – 2017.

Fundamentos sobre a temática indígena

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Antecedentes e surgimento da antropologia enquanto ciência. Fundamentação histórico-antropológica indígena e suas abordagens teóricas. As correntes teóricas clássicas da antropologia. Darwinismo Social. Etnologia indígena. Aspectos da cultura indígena.

Atividade Prática de Intervenção em Ambiente Educativo

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Discussão teórica e metodológica a respeito de propostas de intervenções didáticas. Atividade prática em espaço educativo que contemple os estudos em Gênero e Diversidade.

Questões sobre história, mulheres e gênero

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Análise e reflexão a respeito da produção do conhecimento histórico e o lugar reservado às mulheres nesta produção. Revisão historiográfica a respeito da história das mulheres e das mulheres na história. Problematizar as questões de gênero e seus embates políticos na contemporaneidade.

Tópicos de cultura social no século XX: o feminismo em debate

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: O contexto social no Ocidente no pós-Segunda Guerra Mundial. Análise sobre as reflexões que a obra "O Segundo Sexo", da autora francesa Simone de Beauvoir, suscitou sobre as concepções o "ser" feminino da década de 1940. A constituição do movimento feminista: premissas e concepções. Reflexões sobre a contracultura e as vertentes do feminismo, particularmente no Brasil, dos anos 1960 e 1970. As representações do papel da mulher nos livros didáticos.

Desenvolvimento, Diversidade e Políticas Públicas

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Formação do povo brasileiro e suas matrizes. Conceito de Desenvolvimento: natureza psicossocial, suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais e econômicas. O meio ambiente como instrumento coercitivo na construção da identidade. Globalização, diversidade

e cidadania. Direitos humanos e democracia. A construção das Políticas Públicas e da Governança.

Educação e orientação sexual nas escolas

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Educação e orientação sexual: dimensão conceitual. A questão do gênero e sexualidade no espaço escolar, entendendo a escola como um espaço capaz de transformar a sociedade. A luta pela equidade de gênero evidenciando: a importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero – LGBTTI e as relações de gênero no cotidiano escolar. A superação da (in)visibilidade) na escola e a construção do espaço de equidade de gênero; gênero no currículo escolar. Equívocos e armadilhas.

Educação e Homofobia

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Educação e Homofobia: dimensão conceitual. Homofobia: limites, tensões e entrecruzamentos de um conceito. O preconceito, discriminação e violência engendradas pelo heterossexismo. Direitos humanos, declaração dos direitos sexuais e antidiscriminação. A teoria *queer* e a educação para diversidade sexual. A política educacional de inclusão da diversidade sexual. Avanços e retrocessos

Tópicos Especiais em História e Cultura Africana e Afro-brasileira

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Estudar algumas questões históricas que legitimaram a escrita e a visão do continente africano como uno, desconsiderando as especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas próprias das sociedades africanas. Discutir como historicamente os discursos religioso e científico justificaram, legitimaram e implementaram políticas racialistas e práticas eugênicas discriminatórias. Oferecer subsídios para a análise de material didático que contribua com a prática docente no intuito de identificar possíveis preconceitos e estereótipos presentes nos materiais destinados ao ensino público.

Alteridade e Identidade

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Discussão teórica a respeito da identidade e da alteridade. Identidades espaciais, sociais e culturais e a construção de novos sujeitos. Identidade e preconceito de lugar/região.

Nação, sujeitos e o deslocamento das identidades nacionais. O tempo e o espaço da identidade/alteridade. A crítica ao etnocentrismo e o relativismo cultural. Identidade e diferença. O descentramento dos sujeitos e as figurações do outro.

Tópicos Especiais em História(s) e Cultura(s) dos Povos Indígenas em Rondônia

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Compreender a dinâmica existente em Rondônia, no que tange aos povos indígenas e entender as distintas historicidades que inter cruzam-se neste território. Promover discussões que abarquem os contatos interétnicos ocorridos ao longo das décadas de contato, os processos de territorialidades, desterritorialidades e reterritorializações. Problematizar o conceito de emergência étnica, a existência de grupos isolados em Rondônia, e por fim, as riquezas ambientais no interior de territórios indígenas. A ideia é abarcar os conteúdos programáticos citados, almejando a construção de novas reflexões e aprendizados no que concerne aos povos indígenas de Rondônia, a partir do pressuposto de que eles envolvem dinâmicas e especificidades de diferentes grupos que compõem o quadro de etnias do estado, levando em consideração elementos históricos e culturais para a compreensão.

Cultura, Identidade, Representação

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Conceito de cultura. Cultura e identidade no Ocidente. Representação, diversidade e dominação. Condição de ambiguidade e ambivalência entre Modernidade e pós-modernidade. Ética, moral e Estado. Experiência histórica, experiência subjetiva e consciência histórica como orientação do agir humano. Psicofísica, psicológico, psique, hermenêutica filosófica.

Metodologia Científica

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

EMENTA: Traços fundamentais para elaboração de projetos. Dimensão estética, formal e criadora de projetos de pesquisa e pedagógicos. Normatização, técnicas e procedimentos para trabalhos acadêmicos. Teoria da Interpretação, escrita e argumentação. Estética da recepção, série dos leitores. O projeto, a pesquisa e a escrita.

Trabalho Final/TCC (Monografia)

ANEXO III – Grade Curricular da Especialização em GDE da UNIR – 2023

NÚCLEO I – ITINERÁRIOS REFLEXIVOS (SEMINÁRIOS OBRIGATÓRIOS)

APRESENTAÇÃO: Os Seminários serão realizados em dois momentos, na abertura e no encerramento da carga horária de atividades teóricas e presenciais da Especialização. O primeiro tem por finalidade integrar o grupo e contribuir, por meio de uma ação do colegiado, para que os/as cursistas possam conhecer a estrutura didático-pedagógica e administrativa da Pós. O segundo ocorreria no encerramento, com as apresentações de trabalhos finais e socialização de experiências vivenciadas pela turma com o *Campus* e a UNIR.

SEMINÁRIOS:

Seminário I: Tópicos Especiais em Gênero e Diversidade Na Escola

Ementa: Espaços de formação. Diálogos sobre movimentos políticos e sociais para socializar, trocar, discutir e contribuir para o processo formativo dos/as cursistas.

Carga Horária: 15 h/a

Seminário II: Possibilidades Investigativas

Ementa: Diálogos, itinerários e possibilidades de pesquisas em Educação, Diversidades Culturais e Diferença.

Carga Horária: 15 h/a

NÚCLEO II (ITINERÁRIO OBRIGATÓRIO) – GÊNERO, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO: Este núcleo é orientado por atravessamentos, na perspectiva de apresentar às pessoas que cursarão a Especialização as possibilidades teóricas, metodológicas e práxis possíveis envolvidas nas relações entre Gênero e Diversidade na Escola. Neste sentido, as abordagens buscam se pautar pela integração entre essas noções, concebendo como espaço de escolarização a multiplicidade de lugares e situações potenciais ao exercício da formação educativa, da investigação reflexiva e da intervenção qualificada, efetiva sobre as realidades.

COMPONENTES CURRICULARES:

Componente Curricular: Perspectivas Teóricas em Diversidade

Ementa: Diversidade de gênero, etnicorracial e cultural. Inclusão como assimilação de pessoas consideradas diferentes nos espaços sociais e culturais hegemonicamente produzidos. Acesso, permanência e garantias de direitos. Cidadania. Conhecimentos históricos, sociais e culturais que possibilitam problematizar a condição humana embasada pela perspectiva de equidade.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Epistemologias da Diferença

Ementa: Problematizações das múltiplas perspectivas que compreendem possibilidades subjetivas e as relações entre pessoas. Conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais populares dissidentes das normas. Enfrentamentos e proposições não-assimilacionistas. Outras formas de compreender conhecimentos populares e críticas ao pensamento hegemônico.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Métodos de Pesquisa

Ementa: Inserção e domínio de princípios, métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, com ênfase na elaboração e desenvolvimento de propostas em linguagens diversificadas e que perpassem a produção de conhecimentos sobre diferentes movimentos sociais populares, como os feministas, negros, ambientalistas, LGBTIA+, entre outros.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso/TCC

Ementa: Acompanhamento das atividades de elaboração dos trabalhos de conclusão de Curso a serem desenvolvidos no decorrer da Especialização. Produção e elaboração de textos acadêmicos, materiais didáticos, ações educativas e produção de artigos científicos. Todos os projetos desenvolvidos devem conter aspectos de Memorial Descritivo que apresente a interação entre a produção teórica, didático-pedagógica e/ou intervenção em diálogo com as atividades e disciplinas desenvolvidas no curso.

Carga Horária: 30 h/a

NÚCLEO III (ITINERÁRIO FLEXÍVEL) – SEXUALIDADE E DIVERSIDADE

APRESENTAÇÃO: O Núcleo congrega discussões em torno de temáticas e conceitos no campo de gênero e sexualidades. Assim, abarca os movimentos feministas em sua emergência e trajetória de formação histórica, contemplando diversidade de perspectivas teóricas e políticas a respeito da temática e destacando, preferencialmente, abordagens interseccionais. Por fim, trata de afetos e relações sociais, com ênfase em performatividades, identidades e diferenças sexuais, enfatizando processos e práticas educativas.

COMPONENTES CURRICULARES:

Componente Curricular: Feminismos: Movimentos Teóricos e Políticos

Ementa: Constituição dos movimentos feministas em seus aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos, políticos, éticos e estéticos. As produções feministas e as críticas ao pensamento científico que oportunizam a contribuição das feminilidades na construção da ciência e da política contemporânea.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Sexualidades, Identidades de Gênero e Educação

Ementa: Orientação sexual. Identidades e diferenças sexuais e de gênero. Homossexualidades. Transexualidades. Conceitos e representações. Dimensões educativas referentes aos temas que envolvem os modos de ser, estar e agir no mundo. Teoria queer. Análises da dimensão cultural e política dos estudos queer. Questionamentos das representações de gênero e sexualidade. Teoria queer e Educação. Crítica queer. Performatividade.

Carga Horária: 30 h/a

NÚCLEO IV (ITINERÁRIO FLEXÍVEL) – ETNICORRACIALIDADES

APRESENTAÇÃO: O núcleo envereda por conhecimentos e experiências de povos e populações tradicionais, em sua multiplicidade e diversidade de trajetórias, saberes e cosmovisões. Trata das experiências de colonização cultural, econômica, espacial e sociopolítica que afetaram essas sociedades e/ou grupos sociais. Tal perspectiva aborda políticas de ocidentalização, calcadas e sustentadas em discursos e práticas racializadoras, as quais, a partir das ditas missões cristianizadoras, civilizatória e desenvolvimentistas, estabeleceram normas e buscaram a padronização dos modos de ser e estar no mundo, num ideário fortemente eurocentrado, cujas ressonâncias ainda se fazem presentes nos currículos e nas práticas educativas.

COMPONENTES CURRICULARES:**Componente Curricular:** Fundamentos da História Indígena

Ementa: Antecedentes e surgimento da antropologia enquanto ciência. Fundamentação histórico-antropológica indígena e suas abordagens teóricas. As correntes teóricas clássicas da antropologia. Darwinismo Social. Etnologia indígena.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Tópicos Especiais em História(s) e Cultura(s) dos Povos Indígenas em Rondônia

Ementa: Abordagem sobre a diversidade das formas de organização socioculturais indígenas. Compreender a dinâmica existente na espacialidade em rondoniense, no que tange aos povos indígenas e entender as distintas historicidades que se inter cruzam neste território. Compreender cosmovisões e relações com o meio.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Tópicos Especiais em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira

Ementa: Estudar questões históricas que legitimaram a escrita e a visão do continente africano como uno, desconsiderando as especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas próprias das sociedades africanas. Abordar imaginários e representações literárias sobre a África e os processos diaspóricos em suas interconexões atlânticas. Refletir sobre os desafios postos à descolonização, em suas nuances cultural, científica, econômica e política.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Racismo Estrutural e Educação Para a Diversidade

Ementa: Discutir como, historicamente, os discursos religioso e científico justificaram, legitimaram e implementaram políticas racialistas e práticas eugênicas discriminatórias. Tratar do lugar da branquitude frente ao discurso e as práticas racializadoras. Oferecer subsídios para a abordagem da temática em perspectiva descolonizadora no âmbito educativo.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Interculturalidade e Educação

Ementa: Debates conceituais sobre multiculturalismo e interculturalidade. A educação por uma perspectiva intercultural. Modalidades de ensino e diferença cultural: Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola. Práticas pedagógicas situadas, conhecimentos tradicionais e etnociências.

Carga Horária: 30 h/a

NÚCLEO V (ITINERÁRIO FLEXÍVEL) – DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES SOCIAIS E QUESTÕES AMBIENTAIS

APRESENTAÇÃO: Este núcleo trata de marcos legais e normativos a envolver a perspectiva dos direitos humanos, sem perder de vista o lugar e a historicidade que abarca a temática e suas

interfaces com as políticas educacionais em específico; e com as sociedades, em caráter mais amplo. Neste sentido, entrecorta abordagens sobre inclusão e exclusão, preconceitos etários, linguísticos de classe, origem e lugar. Por fim, num viés que situa este curso na espacialidade amazônica, também engloba discussões acerca das pautas ambientais e preservacionistas, em óptica integrada, a qual entende e compreende que a noção de diversidade se vincula ao diretamente debate concernente aos direitos sociais.

COMPONENTES CURRICULARES:

Componente Curricular: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Educação

Ementa: Marcos legais que contribuam para problematizar as exclusões da ideia de humanidade e Direitos Humanos: questões de classe, raça, gênero, sexualidade, vivência e preservação ambiental, questões voltadas às infâncias, a população idosa e suas interfaces com a Educação.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Sociedade, Exploração e Vertentes Praxiológicas

Ementa: A desigualdade social como premissa de modelos econômicos sociais. Vertentes teóricas acerca da concentração de renda. Impactos da exclusão econômica na vida das pessoas. Interseccionalidade entre as questões de classe, raça, geração, localização geográfica, gênero e sexualidade nas desigualdades sociais e nos sistemas de exploração.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Classe, Sociedade e Consumismo

Ementa: Preconceito de classe. Classe social e impactos na vida das pessoas em razão do lugar social a que pertencem ou sentem pertencer. Liberalismo, neoliberalismo e consumismo enquanto premissas do “bem viver”. Relações entre cidadania, consumo e exploração socioambiental.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Territorialidades, Diversidade e Questões Ambientais

Ementa: Relações entre território, territorialidades e diferença. Questões ambientais em territórios camponeses e de povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Racismo ambiental. Conservação e preservação da natureza. O “bem viver” como projeto alternativo ao

discurso do desenvolvimento e do progresso como destino manifesto. Ecofeminismo. Sensibilização e educação ambiental.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Medos, Corporeidades e Formas de Controle Social

Ementa: Os corpos humanos entre a história da morte e do medo. Tabus, objetificação, padronização, fetichismo, preconceitos e controle social dos corpos. Ações de enfrentamento e resistência ao controle.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Questões Geracionais e Educação

Ementa: Conceitos de fases geracionais (infância, adolescência, maturidade e ancianidade) e enfrentamentos de preconceitos nos espaços e situações educativas. Práticas e possibilidades reflexivas que envolvem o desenvolvimento pleno da pessoa. Culturas infantis, juvenis e perspectivas sobre ancianidade. Ancestralidade e Educação. Aspectos culturais e a formação das comunidades.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Educação Inclusiva e Exclusões na Educação

Ementa: Educação Especial e Inclusiva. Singularidades de desenvolvimento. Acessibilidade e permanência no desenvolvimento educativo. Práticas pedagógicas para o atendimento de pessoas com deficiência. Desenho universal. Perspectivas metodológicas para o trabalho de inclusão nos espaços educativos. Recursos didáticos para inclusão.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Artes e Diversidade em Contextos Educativos

Ementa: Discutir, divulgar e promover intervenções de caráter artístico e lúdico, em linguagens várias (artes plásticas e visuais, cinema, literatura, música, teatro. etc) que possam tensionar as práticas educativas e construir reflexões e aprendizados a respeito das diversidades socioculturais que marcam as sociedades, em tempos e espaços plurais.

Carga Horária: 30 h/a

Componente Curricular: Alteridade e Identidade: A Questão do Outro

Ementa: Discussão teórica a respeito da identidade e da alteridade, levando-se em conta a questão do “outro”, nas diversas formas de manifestação (sentido lato), ou produções sociais. Identidades espaciais, sociais e culturais, de poder e de construção de novos sujeitos. Identidade e preconceito de lugar/região. O tempo e o espaço na produção da identidade/alteridade. A identidade e a “redundância” da linguagem ao poder. Identidade e diferença. As relações entre o vita e social.

Carga Horária: 30 h/a